

O "TÓPICO" E O OBJETO NULO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

por

Kailla Maria Khouri Vanetti

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Linguística  
do Instituto de Estudos  
da Linguagem da Universi-  
dade Estadual de Campinas  
como requisito parcial pa-  
ra obtenção do título de  
Mestre em Linguística.

Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por Kailla Maria Khouri Vanetti e  
aprovada pela comissão julgadora em 03/08/88

CAMPINAS - 1988

Ch. Galves

CHARLOTTE C. GALVES

V289t

9857/BC

## A G R A D E C I M E N T O S

Não posso deixar de expressar meus agradecimentos sinceros, não apenas formais, aquelas que, de uma forma ou de outra, me ajudarem e incentivarem.

A Professora Charlotte Galves, pela orientação do trabalho, sempre firme, atenciosa e precisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro de dois anos e meio.

A todos que, contribuíram para que este projeto chegassem ao final.

Campinas, 25 de Julho de 1988.

A Thais, Tânia,  
Sandra e  
Luiz Fernando.

## R E S U M O

O tema da minha dissertação de mestrado é o objeto nulo determinado no português do Brasil (PB). Meu objetivo é responder à questão: Qual é o estatuto da categoria *vezia* (objeto em PB) e qual sua relação com o SN-“tópico”? O modelo teórico que subjaz a este trabalho é o da Teoria de Regência e Vinculação. Minha hipótese de trabalho é que o PB não usa a regra “*Mover-se*” como estratégia de topicalização e o SN é o objeto é do tipo *não-variável*. Neste trabalho mostrarei as duas propostas básicas que visam classificar o SN (e o objeto do PB) a de *vezível* e a de *pro*. No primeiro capítulo faço um breve relato histórico das motivações teóricas e empíricas para a postulação das categorias *vezias* e introduzo alguns subeldos teóricos. No segundo capítulo apresento o problema: (i) o objeto nulo e a questão da sua identificação e (ii) o “tópico” em PB e, como ele vem sendo tratado na Gramática Gerativa. No terceiro capítulo, apresento as propostas dos autores que argumentam a favor do objeto nulo gerado por movimento e as daqueles que argumentam a favor do “*pro*” gerado na base. No quarto capítulo, discuto os problemas não resolvidos pelas análises do terceiro capítulo e proponho uma análise alternativa.

## ÍNDICE

Resumo	17
Índice	20
Introdução	21
1. História, Tipologia e Classificação das Categorias Vazias	22
1.1. O Objetivo	22
1.2. O Surgimento das Categorias Vazias	23
1.2.1. Os Vestígios	23
1.2.2. O PRO	31
1.2.3. O PRO	39
1.3. Anáforas, pronomes e expressões	31
1.4. Os Critérios de Identificação das Categorias Vazias	32
1.4.1. A identificação Funcional das Categorias Vazias	32
1.4.2. A Teoria de Vinculação	37
Notas do Capítulo 1	39

2. O "Tópico" e o objeto nulo	30
2.1. Introdução	30
2.2. O Problema	31
2.3. A "presença" do objeto ausente	33
2.4. A identificação do SN C é 1 objeto em PB	35
2.5. Ser ou Não Ser	36
2.5.1. O "tópico"	36
2.5.1.1. O "tópico" na Gramática Gerativa	41
2.5.1.2. O "tópico" e o movimento	41
2.6. A Legitimidade do SN-“tópico”	47
2.7. O SN-“tópico” em PB	49
Notas do Capítulo 2	51
3. As diversas propostas	53
3.1. A proposta de Huang (84)	53
3.1.1. Motivações para um novo parâmetro	54
3.1.1.1. Quanto à posição sujeito: línguas “cool” e “medium” vs “hot”	55
3.1.1.2. Quanto à posição objeto: línguas “cool” vs “medium” e “hot”	55
3.1.2. Assimetria posição sujeito/posição objeto.	56
3.1.2.1. O antecedente “A”	60
3.1.2.2. Os argumentos básicos a favor da variável	61
3.1.3. O “antecedente”	63

3.1.4. Algumas Considerações	70
3.1.4.1. Introduzindo o problema	71
3.2. A Proposta de Raposo (86)	81
3.3. A Proposta de Farrell (87)	85
3.3.1. Outras análises	86
3.3.2. Um breve histórico	86
3.3.3. Os dois objetivos de seu artigo	89
3.3.3.1. Sua análise contra a proposta de Varigueli	90
3.3.3.2. Sua proposta: O pro-objeto	92
3.3.4. Alguns comentários sobre Farrell (87)	95
3.4. A Proposta de Galves (88)	97
 Notas do Capítulo 3	101
 4. Uma outra análise	103
4.1. Conclusão	111
 Referências bibliográficas	113

## I N T R O D U Ç A O

### O OBJETIVO

O objeto de estudo deste trabalho é consequência de um raciocínio teórico feito a partir do meu interesse em analisar a posição de objeto vazio em português do Brasil (daqui para frente PB) e as condições sob as quais ela é autorizada.

A questão central do meu trabalho, é:

Qual o estatuto da categoria vazia objeto do PB e qual sua relação com o SN-“tópico”?

O meu objetivo é responder a esta questão, tendo como procedimento de análise o Modelo da Teoria de Regra e Vinculação.

Minha hipótese de trabalho é que o PB não usa a Regra do Movimento como estratégia de topicalização. O "tópico" em PB é gerado na base e o SN C e I objeto é do tipo não-variável. Mas, entretanto, a questão de saber por que o PB admite esse SN C e I objeto, enquanto outras línguas românicas não o admitem ou, dito de outra maneira, qual é a estrutura frasal do PB e quais as relações que permitem a recuperabilidade do objeto nulo.

O objeto nulo tem sido recentemente, objeto de estudo de muitos sintaticistas. Entretanto, desde 1981, aproximadamente, o foco das pesquisas tem sido o fenômeno do sujeito nulo e a elaboração de um parâmetro sintático, baseado no fenômeno pro-drop, compartilhado por um grupo de línguas e não compartilhado por outro. Hoje em dia, há um certo consenso quanto ao estatuto da categoria vazia sujeito - SN C e I sujeito - das línguas pro-drop em considerá-la um pronominal, mas quanto à posição objeto, ainda há muito o que se discutir.

Neste trabalho mostrarei que há duas propostas básicas, que visam classificar o SN C e I objeto do PB.

A primeira proposta congrega aqueles autores que argumentam a favor de um SN C e I objeto "variável" e traz consigo as implicações e consequências de se criar um vestígio, ou seja, a necessária obediência a todas as restrições impostas às regras de movimento.

A segunda proposta reúne aqueles que argumentam que o SM C é o objeto em PB e ignorável. Talvez se pudesse dizer que o SM C é o objeto em questão é um erro. Mas veremos ao final de Capítulo I, as complicações que uma tal hipótese causa dentro do modelo teórico atual.

O primeiro capítulo foi reservado para um breve relato histórico das motivações teóricas e empíricas para a postulação das categorias vazias e uma introdução dos subsídios teóricos para as análises dos capítulos seguintes.

O segundo capítulo apresenta o problema:

- (i) o objeto nulo e a questão da sua identificação, e
- (ii) o "tópico" em PB e na Gramática Gerativa.

O terceiro capítulo congrega as propostas dos autores que argumentam a favor do objeto nulo gerado por movimento e as daqueles que argumentam a favor do "pro" gerado na base.

O quarto capítulo foi reservado para a discussão de alguns problemas não resolvidos pelas análises do terceiro capítulo e para a proposta de uma análise alternativa.

## I. HISTÓRIA, TIPOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS VAZIAS

### 1.1. O OBJETIVO

O objetivo deste primeiro capítulo não é responder à questão enunciada na Introdução e que constitui a questão central deste trabalho. O que se pretende, sim, "preparar o terreno" para encaminhá-la nos próximos capítulos e respondê-la no quarto capítulo.

É uma apresentação que não pretende ser exaustiva e o leitor deve consultar as obras citadas para uma melhor compreensão do que for exposto aqui.

Como a categoria vazia é o ponto central de todo o trabalho, é importante mostrar como ela surgiu no decorrer do desenvolvimento da Gramática Gerativa. Poderíamos começar por estabelecer uma relação entre:

- a) a passagem da Teoria Padrão à Recorrência e Vínculação, e
- b) o surgimento da categoria vazia.

Para contar a história da categoria vazia é preciso começar pelas motivações teóricas e empíricas da época em que foi postulada. Há, também, que se apontar as resistências metateóricas surgidas na época por se estar lançando mão de um elemento tecnicamente poderoso: um "imperceptível".

Se por um lado havia questões teóricas de natureza interpretativa que exigiam que se postulasse um elemento imperceptível, por outro, devemos contar como a teoria articulou os três componentes da Gramática (o fonológico, o sintático e o semântico) para resolver a questão teórica (ou meta-teórica) da "imperceptibilidade".

E, finalmente, tendo visto os fatores que motivaram o surgimento da categoria vazia, questionar quais os que bloquearam sua proliferação.

Paralelamente a essa discussão teórica, temos a história da categoria vazia contada pelos dados: há uma motivação empírica para a postulação de cada uma das categorias vazias e de construção de suas respectivas teorias.

#### 1.2. O SURGIMENTO DAS CATEGORIAS VAZIAS

O estudo da evolução das, hoje chamadas, categorias vazias mostra que durante o período compreendido entre 1957 e 1970, onde o modelo era conhecido por Teoria Pedrozo (TP), elas tinham uma caracterização bastante indefinida, ou melhor, não definida. Não havia surgido ainda a necessidade teórica de definí-las e por isso elas permaneciam como "buracos" estruturais.

rais, sem traços e nem conteúdo. Elas eram apenas instrumentos de uma postura descritivista e serviam para denunciar, por exemplo, que em uma transformação, o lugar deixado pelo elemento movido, estava e permanecia vazio.

A necessidade de atribuir-lhes conteúdo nasceu de problemas de natureza interpretativa entre a Estrutura-S e a Estrutura-D. Uma vez que estes "buracos" estruturais passaram a ser considerados como categorias sintáticas, vários argumentos empíricos foram usados para mostrar que eles existiam sintaticamente, semântica e fonologicamente.

Um exemplo de um argumento sintático, é o da subcategorização. Este é um argumento forte pois, como se explicaria a gramaticalidade de frases onde parece que a subcategorização foi esquecida?

Por exemplo:

1 - Quem Maurício viu —?

Se o verbo ver subcategoriza um SN como complemento, como seu argumento interno, poder-se perguntar como ver poderia aparecer na frase acima sem o SN complemento? A resposta foi buscada na Estrutura-D, onde ainda não houve transformação e, portanto, o SN subcategorizado por ver está presente.

2 - Estrutura Profunda: Maurício viu quem?

Há, ainda, muitos outros argumentos sintáticos, além de semânticos e fonológicos que, como o da subcategorização re-

forçam a validade da proposta transformacionalista em última instância. Por exemplo: o argumento da topicalização, da contraposição "wanna" do inglês, da contagem dos auxiliares, relativização, etc.. Ao serem comprovadas as Regras de Movimento, estar-se-á reforçando toda a teoria: a existência real da estrutura profunda, do léxico e suas propriedades de subcategorização, das regras de reescrita fusal, além de outras.

A tarefa deixada para os teóricos da Teoria Padrão Revista, foi atingir um nível de adequação explicativa, determinando os princípios que explicariam a possibilidade vs a impossibilidade de transformações e sua relação com os "buracos" estruturais. O caminho encontrado foi o da postulação das categorias vazias. A solução dessa questão se reflete na própria definição de categoria vazia (Milner(85), pág., 24).

"Uma categoria vazia é uma categoria sintática interpretável, à qual não está associada nenhuma matriz fonológica".

Esta definição mostra bem a mudança de estatuto que a categoria vazia sofreu: deixou de ser um "buraco" estrutural e passou a ser uma "categoria" vazia. Ou seja, um elemento que pertence ao componente sintático da Gramática, recebendo sua interpretação do componente semântico e só sendo vazio, na verdade, fonologicamente.

### 1.2.1. OS VESTÍGIOES

Em um primeiro momento teórico, a Estrutura Profunda era considerada a grande responsável pela interpretação semântica da frase. Durante a vigência do modelo conhecido como Teoria Fedrício, toda informação que seria refletida pela chamada Estrutura Superficial já deveria estar contida, através das regras sintagmáticas e da inserção lexical, em Estrutura Profunda. A Estrutura Profunda, ficou assim muito "inchada", uma vez que toda informação tinha que ser colocada lá, pois senão, não seria interpretada depois.

A solução para os problemas de natureza interpretativa que surgiam, foi a postulação de categorias vazias, dotadas apenas de conteúdo estrutural, que marcavam estruturalmente a posição de um elemento movido para que ela não fosse totalmente apagada, com a dupla função de, por um lado preservar a estrutura de base e por outro, permitir a interpretação da Estrutura Superficial.

Em "Conditions on Transformations", Chomsky argumenta a favor do vestígio e pergunta se seria uma boa opção apagar a primeira posição do SN movido. Chomsky considera a possibilidade de uma segunda opção, ou seja, que essa primeira posição do SN subsista com um conteúdo lexical nulo. Ele passa a ser conhecido como vestígio de SN (daqui para frente: vSN).

Para delimitar o poder das transformações, Chomsky iniciou a tarefa de definir os princípios que explicariam a possibilidade vs a impossibilidade de transformações - ou

transformações-SH. Nessa época ele propõe que esses princípios fossem a Condição de Subiacência, a Condição de Sujeito Especificado (CSE) e a Condição Sobre Sentença Com Tempo (CST). Essas condições que bloqueariam o deslocamento, mostraram ter um efeito mais geral, pois bloqueavam também o relacionamento entre elementos não sujeitos ao deslocamento. Ou seja, inicialmente eram condições sobre a aplicabilidade das transformações, mas depois, notou-se que os elementos lexicais "in loco" (reflexivos e reciprocos), se submetiam às mesmas restrições. Por exemplo, o reflexivo e seu antecedente se submetem àqueles princípios, da mesma maneira que o vestígio e seu antecedente. O reciproco do inglês e seu antecedente se submetem a esses mesmos princípios, assim como o PRO de controle obrigatório e seu antecedente, que veremos a frente, estão sujeitos ao CSE.

Verificou-se, então, que eram condições que se aplicavam a qualquer relação anafática e não somente àquelas decorrentes de deslocamento.

Em "Conditions on Rules of Grammar" (76) e "On WH-Movement" (77), Chomsky explicita essas equivalências e amplia as restrições sobre transformações para restrições sobre regras da gramática.

Em Chomsky (1981, 1982), o CSE e o CST foram substituídos pelo princípio de Vinculação. O Princípio de Subiacência é mantido, mas adaptado às diferenças encontradas entre as línguas em termos dos nódulos cíclicos (ver Rizzi, 80).

Desde o início da história das categorias vazias procurava-se provar sua validade e importância, uma vez que elas são postulações teóricas. A dificuldade sempre esteve no fato de

serem entidades "invisíveis", mas que deveriam ser aceitas compreendendo um funcionamento semelhante ao das categorias lexicais. Apesar de todo o esforço em justificar as categorias varias, ficava no ar a sensação de serem constituintes "indesejáveis", que tornariam a teoria vulnerável à críticas. Em "Reflections on Language", (Chomsky (75)) a proposta que subjaç ao livro é o enquadramento da Teoria dos Vestígios à analogia antecedente/anáfora lexical, onde Chomsky correaciona diretamente as categorias varias (antecedente/vestígio-SN) às categorias lexicais (antecedente/anáfora). A partir desta analogia a Teoria dos Vestígios passa a ser independentemente justificada e é reconhecido o seu potencial teórico.

## 1.2.2. - O PRO

O PRO surgiu na teoria para contemporizar fatos contraditórios com relação à posição sujeito.

As frases com verbos no infinitivo não dispunham de sujeito lexicalmente presente, enquanto que as frases com verbos finitos não podiam, geralmente, ser usadas sem sujeitos. A solução surgiu em termos de um sujeito nulo, formalizado a partir da noção de subentendido. As frases infinitivas "passam" a ter um sujeito, como as frases com tempo finito, simplificando bastante a gramática. O procedimento seria o seguinte:

3 - Cabral queria E Cabral I descobrir novas terras.

Aplicar-se-á, então, a regra de apagamento "Equi-MP Deletion", na Estrutura Profunda, e ficaria:

4 - Cabral queria C  $\emptyset$  descobrir novas terras I.

Entretanto, o símbolo " $\emptyset$ " não representa bem o elemento que ocupa a posição de sujeito de uma oração encaixada e cuja correferencialidade é exigida por esta classe de verbos (verbos de controle: querer, prometer, persuadir...). Portanto, depois da aplicação de "Equi-MP Deletion", a estrutura seria:

5 - Cabral queria E S<sub>N<sub>0</sub></sub> descobrir novas terras. I.

Só que, na medida que "SN<sub>2</sub>" é um elemento vazio ele não possui nenhum conteúdo lexical particular e deve, portanto, entrar em relação com um elemento que possua interpretação autônoma, para tal, através de coindexação, estabelecer uma relação antecedente/anáfora. Assim:

6 - Cabral queria C SN<sub>1</sub> descobrir novas terras. I.  
                      I                    e<sub>1</sub>

A regra de "Equi NP-Deletion" conseguiu ser questionada quando se percebeu que ela tinha o poder de alterar o significado de algumas sentenças onde havia sido aplicada. Por exemplo:

7 - Cada governador quer eleger um candidato.

8 - Cada governador quer que cada governador eleja um candidato.

Uma proposta que surgiu foi a de Jackendoff (1972) onde ele propunha uma teoria interpretativa para substituir o tratamento transformacionalista dado aos pronomes. A derivação dos pronomes devia se dar na estrutura profunda, aparecendo como itens lexicais marcados pelo traço C + pro I.

Quanto ao sujeito nulo das orações infinitivas, tratados até então por "Equi NP-Deletion", Jackendoff propõe, uma vez aprovada sua teoria interpretativa para os pronomes, que estes também recebam um tratamento interpretativo: o sujeito da

oração infinitiva seria gerado foneticamente nulo, na estrutura profunda na forma de PRO; e uma regra semântica (regra de controle) identificaria seu antecedente. Por exemplo:

#### Estrutura Profunda:

9 - Cabral queria C PRO descobrir novas terras I .

Paralelamente aos fatos que envolviam "Qui NP-Deletion" surgiam outros que levavam também ao aparecimento do PRO. Descobriu-se um conflito entre vários diferentes. Percebeu-se o contraste entre estruturas como 10 e 11:

10 - John seems to be intelligent.

11 - John tries to be intelligent.

Ou seja, o vazio que corresponde a posição sujeito de um verbo de alcance é diferente daquele da posição sujeito de um verbo de controle. Não estava ainda definida essa classificação, mas podia-se observar que alguns casos admitiam a inserção de "there" e outros não. Por exemplo:

12 - There seems to be good.

13 - \* There tries to be good.

Estas estruturas acima são semelhantes na medida em que há um "certo" tipo de relação entre o sujeito da oração principal e o sujeito da infinitiva. Entretanto, há vários argumentos, principalmente o de subcategorização que levam à conclusão que as frases 10 e 12 envolvem "alçamento" enquanto 11 e 13 são de "controle".

Desse contraste surgiu a Teoria do Controle que explica a relação antecedente/PRO. Há, no entanto, que se definir 2 tipos de estrutura de controle: controle obrigatório e controle não-obrigatório (ou interpretação arbitrária).

Estes 2 tipos de PRO se manifestam através dos exemplos:

#### i) PRO controlado (ou de controle obrigatório)

14 - Cabral<sub>j</sub> queria C PRO<sub>j</sub> descobrir terras novas I .  
 quisou  
 tentou

#### ii) PRO arbitrária (ou de controle não-obrigatório)

15 - é impossível C PRO<sub>j</sub> ganhar sempre J .

Antes de introduzirmos o PRO, vamos mostrar como a teoria se articulou e criou instrumentos que integraram todos os fatos que surgiram.

O Princípio de Projecção é um destes instrumentos, que juntamente com a Teoria dos Papéis Temáticos atuam para justi-

fica a Teoria dos Vestígios.

O Princípio de Projeção diz, informalmente que:

As representações de cada nível sintático ( $F_L$ , estruturas-D e -S) são projeções vindas tematicamente marcadas e devem respeitar as propriedades de subcategorização das ítems lexicais.

O Princípio de Projeção age como uma "restrição sintática" e tem consequências amplas.

A primeira delas é sua capacidade de eliminar, juntamente com a Teoria-X proposta no fim dos anos 70, a redundância contida no modelo anterior da teoria (1963). Nesta época, o componente de base era hipertrófiado e delegava muito poder ao léxico e as regras categoriais. As informações de subcategorização eram dadas duas vezes: no léxico, indiretamente, através de propriedades intrínsecas a cada verbete; e pelas regras do componente categorial, diretamente, repetindo redundantemente as informações contidas no léxico. Como tais informações não podiam ser excluídas do léxico, a redundância só podia ser eliminada através de uma reformulação no componente categorial. A Teoria-X, com suas projeções, passou a permitir que um núcleo selecionasse o seu argumento dentro do conjunto de sua projeção máxima.

A Teoria de Regência e Vinculação (GB), é responsável pela validade e aplicabilidade do Princípio de Projeção na medida que ela fornece motivações independentes para as propriedades e distribuição das categorias varias. Uma vez postulado o

Princípio de Projeção, ele agora não só vai "justificar" a presença das categorias vazias, mas, sim, "exigir" que elas ocorram: ora como PRO ou pro, gerados vazios na base, ou como tQu ou tQy, deixados por transformações de movimento e respeitando a subcategorização do verbo. Mas, para que a sintaxe possa projetar as propriedades lexicais, como é a concepção da Teoria GB, deve haver uma exigência de que cada núcleo venha a ter exatamente o número de argumentos que foi determinado no léxico para ele. Além disso, cada argumento só deverá receber um papel temático que também é marcado no léxico, e cada papel temático só pode ser atribuído a um único argumento. Essa exigência é chamada de Critério Temático e se aplica a todos os níveis sintáticos, checando a cada nível a regra de atribuição de papéis temáticos.

A tese empírica contida no Princípio de Projeção e no Critério Temático é que a diferença entre as sentenças infinitivas e com tempo finito não implica em uma análise estrutural diferente. Ambas possuem a mesma noção de frase expressa formalmente através da mesma regra de Estrutura Frasal: S → SNflex SV onde, no caso de SN ser o sujeito de uma preposição infinitiva, ele será uma categoria vazia.

Há 2 questões relacionadas que tiveram que ser explicadas. Primeirais o que é que garante a presença da posição sujeito em sentenças onde o verbo não seleciona um argumento indireto (argumento de predicados intransitivos "verdadeiros" — de verbos inergativos — realizados em estrutura-B na posição sujeito)? Segundoas: por que a única opção disponível para as sentenças infinitivas é uma categoria vazia?



### Filtros sobre o Caso:

17 - \* SN C @ 3<sup>2</sup>, se S é dotada de uma matriz fonológica e não recebeu caso.

Assumindo que tanto as frases finitas como as infinitivas são geradas a partir de S → SN Flex SV, verificar-se que a única diferença entre elas é o traço C → Tempo I.

Por exemplo:

18 - a) \* João quer   | João           | voltar logo.  
                       | Maria          |  
                       | ser irmão |

a') S/C Comp e I SC SNC @ 3 [C-Tempo] Flex SVC V 1 3 1

b) João voltou logo

b') S/C Comp e I SC SNC @ 3 [C-Tempo] Flex SVC V 1 3 0

Em 18a, o sujeito da infinitiva não é regido porque, como podemos verificar em 18a', sua estrutura subjacente, o "S" que corresponde ao sujeito da infinitiva não é regido dentro de S por Flex, que é C → Tempo I, e nem por V, por causa da barreira do SN, que é uma projeção máxima. E, também, não é regido de fora porque S' que é uma projeção máxima. Como regência é

condição necessária para marcação de Caso e todo SN lexical deve ter Caso então, pode-se concluir que a posição de sujeito de frases infinitivas não é um lugar onde possa ocorrer um SN lexical. (verjarse o quadro 1, no item pro).

1,2,3. - O pro

Em 1982, Chomsky sugeriu que as combinações possíveis das trazas C + pronominais I e C + anafórico I cobririam todos os tipos de SN, tanto lexicais quanto variados. Por exemplo, o PRO seria C + pronominal I e C + anafórico I, o tgh seria C = pronominal I e C + anafórico I, o tgu seria C = pronominal I e C = anafórico I. A última combinação possível é C + pronominal I e C = anafórico I que Chomsky procurou mostrar que é o "egg", ou seja, um pronominal vazio cuja distribuição se limitava, basicamente, a posição sujeito de frases com tempo, onde AGR rege estritamente (veremos a frente outro princípio de identificação das categorias vazias). Pode-se compor um quadro para mostrar as combinações possíveis:

Quadro 1 : Quadro das Categorias SN Vazias e Lexicais

		CATEGORIAS LEXICAIAS   CATEGORIAS VAZIAS	
LE+ anafóricoI		é	PRO
LE+ pronominalI			
LE+ anafóricoII	anáforas e		TSN
LE+ pronominalII	reflexivos		
LE+ anafóricoIII	pronomes		pro
LE+ pronominalIII	lexicais		
LE+ anafóricoIV	expressões		tqu
LE+ pronominalIV	preferenciais		

Posteriormente, propõe-se o pro-objeto. Montalbetti (84), por exemplo, propõe que o objeto vazio associado ao clítico verbal é um pro, cuja identificação é feita através da coindexação clítico/pro. A identificação do pro-objeto é blockerizada em línguas que não têm um sistema de clíticos, ou nos casos em que o objeto nulo não é do tipo determinado, como veremos no segundo capítulo.

Antes de apresentarmos os critérios de identificação das categorias vazias, vamos rever algumas características dos SN-lexicais.

### 1.3. - ANÁFORAS, PRONOMES E EXPRESSÕES-PR

Há, em PB, assim como na maioria das línguas, três classes de elementos (lexicais) — anáforas, pronomes e expressões referenciais — cuja característica que os distingue é o tipo de relação que se estabelece entre o elemento e seu "antecedente" (quando existe um).

As anáforas têm como característica o fato de só poderem ser interpretadas quando têm um antecedente que lhes confere referência. É um tipo de relação que se pode chamar de dependência referencial. Em PB, pertencem a esta classe os pronomes reflexivos/recíprocos e as anáforas lexicais.

Os pronomes formam uma classe diferente das anáforas, justamente no que diz respeito à sua relação com o "antecedente". Não é uma relação de antecedência no sentido daquele da

anáfora, onde há uma dependência referencial. O pronome já é dotado de "uma certa" referência e precisa apenas estar em relação com um outro elemento para identificá-la. Este tipo de relação pode ser chamado de correferência e tem duas características básicas: ela não é obrigatória (no sentido da relação anafórica) e não é limitada por um domínio de localidade.

As expressões-*nrr* formam uma classe cuja característica é serem referencialmente livres. Elas não precisam e nem podem ter um "antecedente". Pertencem a esta classe todo o SN cujo núcleo seja um nome lexical.

No modelo de Regência e Vinculação há um módulo que dá conta da distribuição e interpretação dos elementos anafóricos, pronominais e das expressões-*nrr*. É a Teoria da Vinculação (que veremos no item 1.5.).

#### 1.4. - OS CRITÉRIOS<sup>7</sup> DE IDENTIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS VAZIAS

Há, no modelo de Regência e Vinculação, dois critérios de identificação de uma categoria vazia: o critério categorial e o critério funcional.

O critério categorial identifica uma categoria vazia por seu conteúdo intrínseco, ou seja, as características lexicais próprias a cada categoria vazia: pronome ou anáfora em relação à sua contrapartida lexical. Como há anáforas lexicais, pronomes e expressões-*nrr*, há, correspondentemente, vestígios de SN e PRO, PRO e variáveis.

O critério funcional identifica a categoria vazia através do contexto sintático onde esta ocorre. O contexto sintático relevante é a Estrutura-S, onde as regras — por exemplo, "Move-Q" — já se aplicaram e cuja relação com a Estrutura-S é mantida pelo Princípio de Projeção.

Por este novo critério, há apenas um tipo de categoria vazia. A motivação para uma tal proposta é que, no modelo categorial, as diversas manifestações da categoria vazia correspondem às diversas posições de uma mesma categoria lexical no contexto sintático. É uma relação de correspondência de uma categoria lexical para quatro categorias vazias. No modelo funcional a categoria vazia é identificada pelos mesmos princípios e condições que atuam sobre os SMs lexicais e, como consequência, fica sujeita ao Princípio de Vinculação. Passa-se a identificar a categoria vazia pelo tipo de ligação que ela tem com o seu antecedente. Se o antecedente está ou não em uma posição temática, argumental, se a coindexação se dá ou não dentro de seu domínio.

Além do pro-objeto coindexado ao clítico verbal, há outros contextos, onde ocorre uma categoria vazia, exigida pelo Princípio de Projeção, mas que nem o ABR e nem clítico pode vincular. Por exemplo:

19 - Eu rezo porque eu creio  $\text{SN}[C \neq I]$ .

20 - Essa notícia leva  $\text{SN}[C \neq I]$  a seguinte conclusão.

21 - O general mandou  $\text{SN}[C \neq I]$  C PRO começar o ataque I

22 - Eu votei contra em C e I.

Poder-se constatar que esta categoria vazia não corresponde a nenhuma entidade descrita até aqui. Todas as posições vazias, acima, são regidas, mas não podem ser PRO, porque, ele está livre mas não é regido por uma matriz completa de traços pronominais. Não pode ser PRO, porque o PRO não pode ser regido a posição de objeto, tanto de verbo como de preposição, é regida lexicalmente. Não pode ser um vestígio de SN porque não tem um antecedente que o vincule de uma posição-a (vinculação), E, finalmente, não pode ser um vestígio de Qu, porque não há um operador em posição-a.

Essa tipologia se revela muito restritiva na medida que, as categorias vazias dos exemplos 19-22 não se identificam com nenhum tipo proposto acima. Em 19 e 20 a categoria vazia objeto possuiu uma interpretação genérica/arbitrária semelhante aos casos onde o PRO é de controle não-obrigatório. Entretanto, as posições vazias das frases 19, 20 e 21 são regidas por um núcleo lexical, no caso, um núcleo verbal, que impede que as categorias vazias sejam efetivamente um PRO.

No caso do exemplo 22, o SN C e I objeto de preposição é, da mesma forma, difícil de definir porque a preposição regula o SN C e I objeto. Além disso ele possui uma interpretação pronominal definida, o que leva a pensar que o SN C e I objeto da preposição em 22 pode ser um PNP. Mas, dentro da classificação restrita das categorias vazias de Chomsky, o SN C e I não pode ser pro porque não há nem clítico e nem AGR (concordância) que

### o vínculo.

A falta de um elemento que se identifique com a categoria Vazia em questão, parece sugerir que o critério de classificação (por ser muito restritivo) precisa de algumas alterações, a fim de levar em conta as propriedades sintáticas, estruturais e interpretativas das categorias vazias.

A proposta de Rizzi (86) é no sentido de modificar a formulação das condições que legitimam o pro, buscando outros critérios que não o da regência por uma matriz completa de trânsitos pronominais.

A exemplo de Rizzi (86), procuraremos ao longo do trabalho verificar as condições que autorizam o objeto nulo do PR e os princípios que o identificam.

#### 3.4.1. - A IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS CATEGORIAS VAZIAS

A identificação funcional se baseia no contexto onde ocorre a categoria vazia, visando determinar se ela é livre ou vinculada. No caso de ser vinculada, levar-se em conta o caráter temático ou não-temático, argumental ou não-argumental da posição de seu antecedente. Segundo, Chomsky (82)\* a categoria vazia é:

pronominal Se ela é livre ou localmente vinculada por um elemento numa posição temática.

não-pronominal Se ela é localmente vinculada por um elemento em uma posição não-temática.

(i) não pronominal (anafórico), ou seja, variável, se o antecedente estiver em uma posição -A-

(ii) não pronominal (transfórico), ou seja, anafora, se o antecedente estiver em uma posição -B-

A determinação do status dos traços C e anafórico I pode ser feita a partir do traço C é regido I da categoria vazia a ser identificada. Por exemplo, o PRO é C = regido I e,



portanto, C é anafórico J. O pro é C e regido J e, portanto, C é anafórico J.

### I.3 - A TEORIA DA VINCULAÇÃO

A Teoria da Vinculação tem como objetivo a identificação do antecedente dos elementos anafóricos e pronominais (lexicais ou nulos).

A definição de vinculação é a seguinte:

#### Vinculação

A vincula B se, e somente se,

(i) A c-comanda B, e

(ii) A e B estão coindexadas.

Quanto as categorias vazias, uma vez definidos os critérios que as identificam, os Princípios de Vinculação se aplicam para limitar a relação antecedente/categoría vazia.

#### Princípios da Teoria de Vinculação

A → Uma anáfora (Ex: J) é vinculada na sua categoria de referência.



B - Um pronome (+p1) é livre na sua categoria de regência.

C - Uma expressão referencial (-a, -p1) é livre.

O Princípio-A diz que o que é Et anafórico tem que ser vinculado no seu domínio local, ou seja, na sua categoria de regência (CR). O Princípio-B diz que o que é Et pronominal é livre (ou, não-vinculado) na sua CR. O Princípio-C diz que as expressões referenciais nunca podem ser vinculadas.

Categoría de Regência (CR) (informalmente): A categoria de regência de B é o menor SN ou S, contendo B e um regente de B.

## Notes do Capítulo 1

- (1) Segundo Milner (pág. 33),
- (2) O léxico também tinha seu papel na interpretação semântica, mas a estrutura-S, que nos interessa aqui não tinha. Só passou a ter quando as categorias vazias passaram a ter "conteúdo".
- (3) A formulação básica do Princípio de Projeção está em Chomsky ((81, pág. 29).  
Depois o autor faz uma revisão e inclui a estrutura temática (cf., pág. 38).
- (4) O filtro na sua versão original, apropriada para o inglês:  
\* Ø C NP to VP I, exceto se Ø estiver no domínio de um verbo ou de "for".
- (5) Ø está substituindo o símbolo  $\lambda$  para resolver problemas técnicos de impressão.
- (6) Foi discutido acima porque a contrapartida lexical do PRO, a categoria lexical C+ pronominal e C+ anafóricoJ não ocorre.
- (7) Em Chomsky (81), a partir do sexto capítulo e em Chomsky (82), o autor propõe um outro critério de identificação das categorias variáveis: o critério funcional.



## 2. O "TÓPICO" E O OBJETO NULO

### 2.1. INTRODUÇÃO

O objeto nulo é a denominação dada ao fenômeno da possibilidade de o objeto direto de verbos transitivos<sup>1</sup> ocorrer vazio em Estrutura Superficial.

Neste capítulo pretender-se demonstrar a existência do SN C e I objeto em PB, determinar os fatores que favorecem sua presença e definir os princípios que o autorizam.

A possibilidade de ocorrência de um objeto nulo não é exclusiva do PB. Embora não se pretenda fazer um estudo comparativo entre as línguas, pode-se citar o italiano. Rizzi (86) argumenta a favor de um objeto nulo de interpretação genérica que ocorre em italiano e também em outras línguas, inclusive o PT. Entretanto, não é o objeto genérico que constitui o objeto nulo típico do PB. O SN C e I objeto em PB que reúne as "peculiaridades" sintáticas que serão tratadas neste trabalho é aquele que possui interpretação determinada (por oposição à genérica) e remete a um SN-"Tópico", que pode ser lexical ou núcleo.



Estas características são encontradas nos objetos nulos do chinês, japonês e PE e apontam para a importância da relação SN-“tópico” / SN C e I objeto. Algumas destas línguas – o chinês e o PE – serão analisadas no Capítulo 3, através dos artigos de Huang (84) e Raposo (86), quando serão apontadas as diferenças na relação SN-“tópico” / SN C e I objeto, responsáveis, em última instância, pelas diferenças empíricas entre essas línguas.

Desta maneira, vê-se a necessidade de se criar um “espaço” neste capítulo para se introduzir a questão do “tópico”, assumindo-se, assim, o duplo objetivo de, por um lado definir a categoria vazia em questão e, por outro lado, analisar seu “antecedente”.

## 2.2. - O PROBLEMA

O PB admite vazia a posição de objeto, de um verbo transitivo com interpretação específica, fato este não compartilhado com outras línguas românicas como o espanhol, o francês e o italiano. Por exemplo:

23 - João consertou ————— ontem mesmo.

A partir da frase acima poder-se montar o seguinte conjunto de frases:

24 - a. João consertou a bicicleta ontem mesmo.

podem somos dizer que o conjunto é: "que a argumentado no item 5.6) e que este pode ser só no topo". Acreditando-se que o PR é uma linguagem de "topico", o

### C. Jogo de conservar ou ELA - que é o que?

24 - b. Jogo de conservar é o que mesmo?

permanentes quanto ao estudo do objeto nulo, se passamos a considerar que o conjunto de classes (não temos a este questão oposta transiente). Desta maneira, descobrimos que a posse de consideradas variáveis de discussão por outro lado, as classes são a que se equacionam.

é o tipo de conteúdo, contendo referências, no caso um BN textual. Objeto, se por isso, deve apresentar um elemento que contenha um contexto de discussão onde a informação não é a propriedade de sentença, mas não compartilham o mesmo contexto sintático, é nível frase. Frase 24-a que tem a possibilidade de objeto um BN textual, definindo sentenças, mas não compartilham o mesmo contexto de discussão. As possibilidades "potenciais" não só semânticamente adequadas para tal nível de categorias, que são os pronomes, é que é o que comparativamente é diferente as changes de documentação. As

### C. Jogo de conservar ou ELA - que é o que?

b. Jogo de conservar é o que mesmo?

1 a bicicleta |  
2S = a. | E e J | , João consertou e ontem mesmo.  
| ela |

1 a bicicleta |  
2a. | E e J | , João consertou ela ontem mesmo.  
| ela |

Nas frases 2S(a-b), o SN lexical em posição de "tópico" é uma opção discursiva: ele não é exigido pela estrutura sintática. O "tópico" em FB pode ser nulo e mesmo assim estabelecer uma relação com a posição de objeto cujo conteúdo referencial ele recupera.

O pronome pode ocorrer em posição de "tópico". A restrição que pode ocorrer é de natureza pragmático-discursiva, mais do que propriamente sintática.

### 2.3. A "PRESENÇA" DO OBJETO AUSENTE

Rizzi (86) argumenta a favor da existência de um SN C e I objeto em italiano. Ele comprova que o SN C e I objeto se realiza estruturalmente (embora sem conteúdo fonológico), mostrando que ele é sintaticamente ativo, no sentido que ele

como possivel candidata "Portando", o que antecederia que o nome  
pertencesse a um objeto de categoria que era o mesmo que o nome  
que se refere ao mesmo tipo, por exemplo "Carro" é "Carro".

"(67 "Só" "(28) It's just an example)

PRO reestrutura seu escopo para que o nome "Carro" seja  
o que se refere ao mesmo tipo de escopo que o nome "Carro" é o nome  
que se refere ao mesmo tipo de escopo.

"(33) em que caso a vinculação?

Veja bem, interpretar o determinante que interage com o nome  
é o que é o objeto a qual é a categoria. Em PB, as frases 26 e 27 podem  
ser interpretadas como possivelmente pertencendo ao escopo  
da palavra, a qual é a unica interpretada possivelmente para  
que é o objeto de outra determinação.  
No entanto, o que torna a frase 26 ambígua é que a interpretação  
possível é o que é o objeto considerado e que o comando  
"Só" no possídeo argumental, considerado é que o comando

27 - São convenções SN C = 3 a 8 c PRO, conservar o cargo

28 - Isso é só PRO que é 3 a 8 c PRO considerar a sessão

"(34) que caso de conteúdo?

É o objeto do PB também é sintaticamente ativo. Por exemplo  
no 9 é que é o exemplo de Rizzi, podemos dizer que  
pode ser caso contrário a unidade.



a anáfora é o SN E e I objeto. Como a noção de Vinculação envolve c-comando e esta é uma noção estrutural, pode-se concluir que o SN E e I objeto se realiza estruturalmente.

#### 3.4. A IDENTIFICAÇÃO DO SN E E I OBJETO.

Foi visto no primeiro capítulo que a Teoria de Vinculação se relaciona com a identificação funcional das categorias vazias. Para chegarmos a uma identificação do SN E e I objeto temos que verificar os contextos potenciais em termos de um antecedente A ou A'. Há 3 contextos "potenciais" para o SN E e I objeto (que como veremos à frente pode alternar com o pronome):

1º contexto                     $S \in A_i \dots \text{SN E e } I_i \dots ]$

Exemplos:

29 - Ele<sub>i</sub> insiste que ninguém beijou SN E e I<sub>i</sub><sup>3</sup>

(exemplo de Farrell (87), pág. 5).

2º contexto                     $A'_i \quad S \in \dots \text{SN E e } I_i \dots ]$

Exemplos:

exemplos com o que é o objeto. A  
chave é o que são linguagens com problemática de topo, essa  
do objeto não do PB. Assimindo-se, a exemplo de Huang, que o  
contexto é aquele que melhora refletir a estrutura

interpretativa (como variações no conceito capitulo).  
mostre que um contexto adequado torna variáveis estruturais  
possível-A, que é de considerar agrupamentos. Para el (98)  
exemplos onde o "anteriormente" da categoria vez é objeto está em  
Huang (84) tem exemplo das semânticas é este, ou seja:

pronominalis.

que é dizer que (identificada) por uma matriz de tipos  
porque é possível de objeto de acordo com regras. Não pode ser pro-  
posto tematizar "anteriormente". Interpretante, não pode ser PRO,  
mas ser um pronomial possuir seu "anteriormente" está em  
Tc e T o que é principal de identificação funcional, o que  
aceitar como gramatical.

O que contém é probabilístico para a teoria quase

intelecto.

31 - Essa é a interpretação da questão de menor C e T no detalh

Exemplo 10

32 contexto S C . . . At . . . S C . . . NS

30 - C é a interpretação Tc, isso considerou S e T juntos mesmo.

maior importância deste contexto se deve a posição- $\Lambda'$ , que será discutida no terceiro capítulo.

O 3º contexto<sup>4</sup> representa as construções onde, há coindexação mas não há c-comando. Por exemplo, as estruturas coordenadas, juxtapostas, etc. Mas, há uma questão fundamental: se não c-comanda, como se dá vinculação? Na verdade são estruturas onde não há vinculação e, portanto, " $A_j$ " não é o antecedente de  $C$  e  $I_j$ . Discutiremos no quarto capítulo, a possibilidade de juntar este 3º contexto ao 1º, visto acima.

## 2.5. "SER OU NÃO SER"

OU

## "SOBRE OS PROBLEMAS EXISTENCIAIS DO TÓPICO".

### 2.5.1. O "TÓPICO"

O termo tópico se incorporou a sintaxe através dos artigos de Chafe (76), Li e Thompson (76), quando, até então era usado no discurso.

Pontes (81) analisa as propostas dos autores em relação ao PB, procurando responder a questão o PB é uma língua de tópico? A análise de Pontes se baseia numa comparação ponto-por-ponto, do PB em relação ao chinês, das características levantadas por Chafe, assim como por Li e Thompson.

A proposta de Li e Thompson é em termos de uma tipologia das línguas de onde surgiriam quatro tipos básicos, que se diferenciariam entre si por seu caráter E é língua tópico-complementário I e C é língua sujeitor-predicado I.

O chinês foi classificado como língua com proeminência de tópico e o francês e inglês como sendo com proeminência de sujeito.

O termo tópico, entretanto, necessita ser melhor definido. Juntamente com a tipologia das línguas e com a análise do chinês veio a tentativa de definir e conceituar melhor o que é "tópico".

Em Pontes (81) podemos encontrar as várias características do "tópico" que, segundo Chafe, Li e Thompson são encontradas em línguas como o chinês. Para estes autores, o que caracteriza o tópico é o fato de ele estabelecer um quadro de referência para o que vai ser dito a seguir.

E, de fato, é o que parece acontecer. Vejamos os exemplos em PB:

32 ~ Aquelas árvores, eu já cansei de pintar.

C em chinês (mandarin):

33 ~ Neixie shùmu shù-shùn dà.

'Aquelas Árvores os troncos são grandes'.

Pontes(81) apresenta ao longo de seu artigo uma série de exemplos do PB que corroboram sua hipótese de língua de tópicos.<sup>5</sup>

A estas exemplos podemos acrescentar mais alguns.  
Conformamente transcritos:<sup>6</sup>

34 ~ C As quantidades I é que eu não me lembro SP C e I bem.

35 ~ C O abacaxi I (é) que os meninos gostam SP C e I muito.

36 ~ C Maluf I eu votei contra SH C e I.

37 ~ Eu, também, C cuscaz I nunca comi SH C e I tão gostoso.

38 - [ Seu carro ] eu ainda nem peguei SN C e I.

39 - [ Esse ] em Minas usa SN C e I muita.

Os exemplos 34-39 não formam uma lista completa das possibilidades de topicalização em PT. A "topicalização" é um fenômeno (ou estratégia) muito frequente e abrangente. Há casos, onde se topicalizam SAs, SAdvS, etc., e que não foram incluídos aqui.

Labora as primeiras análises destas construções sempre tenham remetido a questões do discurso, pensamos que, dentro do modelo teórico atual, podemos incorporá-las à sintaxe, buscando regras sintáticas que autorizam a presença do "tópico" e os mecanismos que possibilitam sua interpretação.

Neste trabalho, é o SN-“tópico” (lexical ou nulo), relacionado a um SN C e I objeto que nos interessa.

### 2.5.1.1. O TÓPICO NA GRAMÁTICA GERATIVA

Assumindo a caracterização de tópico feitas por Li e Thompson e também por Chafe, veremos que o PG compartilha com as línguas com prominência de tópico, várias características. Mas, há o fato de as gramáticas de uma maneira geral, tratarem muitos fenômenos sintáticos, sem mencionar a estratégia de topicalização envolvida. Desta maneira não se procede a uma sistematização dos fenômenos que têm por função primordial a criação de um quadro de referência tanto em situações de fala quanto de escrita.

No escopo da Sintaxe Gerativa a topicalização é tratada como uma estrutura de tópico-comentário que se compara à estrutura de sujeito-predicado, ou seja, põe em evidência uma classificação de predicados.

### 2.5.1.2. O "TÓPICO" E O MOVIMENTO

Como foi dito na Introdução deste capítulo, a relação entre o SM e o objeto e seu "antecedente" é fundamental. Para que possamos entender melhor esta relação, é preciso "especular" um pouco sobre a estrutura na qual ela se dá.

Há diversas opções de análise que poderão ajudar a determinar o status do "tópico" em PR e a estrutura de frase onde ele ocorre.

Para verificar as diversas possibilidades, vamos considerar a divisão na maneira como este assunto vem sendo tratado. Alguns teóricos propõe tópico gerado na base, e outros propõe tópico gerado por movimento.

Embora o objeto deste trabalho não seja definir formalmente a questão de derivação das sentenças com objeto em PB, é necessário reproduzir esta divisão porque ela reflete as propostas surgidas nos últimos anos quanto a questão do tópico.

Desta maneira vamos considerar dois conjuntos de propostas.

O primeiro conjunto congrega os autores que propõe que o tópico é derivado por movimento. São eles, Chomsky (77), Raposo (86) e Huang (84). As suas propostas têm como ponto comum a proposta de movimento, mas apesar disto, são bastante diferentes entre si, como iremos mostrar.

A primeira proposta a ser considerada é a de Chomsky (77). Neste seu artigo, Chomsky formulaiza a topicalização. Ele cataliza as semelhanças entre as construções-*Qu* e as topicalizações, e propõe a seguinte regra de reescrita:

AO = Regra 2

S' → Top S'

S' → Comp S

A estrutura de tópico em Chomsky (77) envolve duas etapas. Primeiro, um elemento tópico, gerado na base sob o nô-

dulo Top", e, segundo, uma regra de movimento ou "Wh-movement" -- move o elemento para Comp, onde ele será apagado em seguida.

Pela Sintaxe-X', um núcleo lexical<sup>17</sup> deveria ser um elemento da mesma natureza daquele da projeção sintagmática que o contém. Mas, nesta fase da teoria, Top, assim como Comp<sup>8</sup>, não se submete a estas condições porque são categorias funcionais, podendo assim ser preenchida por SHs, SAs, SPs, etc.

A estrutura de tópico proposta por Chomsky fica assim, para a posição objeto:

41 - C C SM j3 C C Ø j3 E ... S2 3 I Ø = SM  
S. Top S. Comp | S | apagado

Movimento-WH

A segunda proposta a ser analisada é a de Raposo (B6). Ele analisa as estruturas com objeto nulo em português europeu (PE), em um trabalho posterior ao de Huang (B4) (que veremos a seguir) e propõe uma estrutura bastante semelhante àquela proposta por Chomsky (77). A estrutura proposta por Raposo é uma variante da de Chomsky, adaptada para explicar as diferenças entre as línguas: o inglês e o PE.

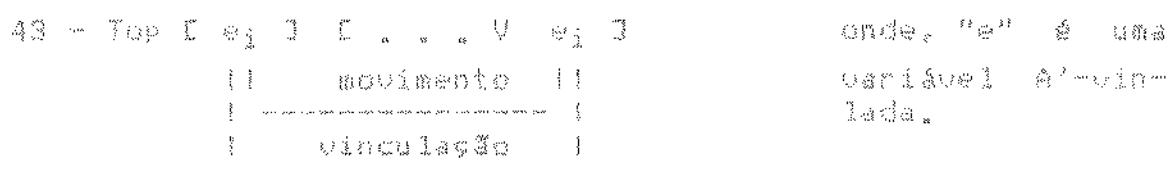
42 - C ej 3 C OP j3 C . . . ej 3 ?  
Top Comp S

onde e = variável  
A'-vinculada por um  
operador em Comp.

As diferenças entre as propostas de Chomsky e Raposo são decorrentes de uma adaptação feita por Raposo para dar conta do tópico nulo em PC. Raposo introduz neste caso, a proposta de um operador nulo em Comp que vincula a variável em posição objeto, em substituição ao spagamento proposto por Chomsky.

A 3a proposta é a de Huang (84). Esta proposta se diferencia das outras duas anteriores no sentido que o SH movido vai direto para Top.

Huang propõe a seguinte estrutura:



Huang propõe que o elemento em Top vincula diretamente com o intermédio de um operador em Comp o vestígio.

Este vestígio, segundo a identificação funcional das categorias vazias, pode ser uma variável. Seu antecedente está em uma posição-A, vinculando localmente (como um operador) o vestígio em uma posição-A. O "tópico" tem que se relacionar com uma categoria em posição-A, por causa da atribuição de papel temático.

A proposta de Huang se origina na de Chomsky (77). Ele incorpora à sua análise a categoria tópico proposta por Chomsky e a adapta aos fatos do chinês, no sentido que, como em chinês não há movimento na sintaxe, não há como deixar um operador em

Comp.

Veremos, no terceiro capítulo, a proposta de Huang (84) com mais detalhes,

O segundo conjunto. Há ainda uma outra possibilidade se considerarmos o não-movimento. Um "tópico" é gerado na base, e não há movimento para Comp.

Gálvez (88) não postula movimento para relacionar o "tópico" e o SN C e J objeto. O "tópico" é o sujeito de uma estrutura de predicação.

Uma proposta sem movimento nos leva a verificar as condições que legitimam as posições envolvidas: o SN—"tópico" e o VPC.

Gálvez propõe que o SN—"tópico"<sup>9</sup> corresponde a um SN gerado em uma posição onde ele funciona como o sujeito de uma relação de predicação.

A Regra de Predicação é formalizada assim:

#### 3.4 - "Coinindexar SN e X"

As exigências para a aplicação da regra são:

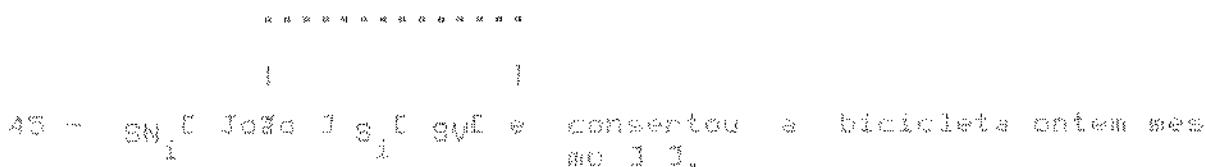
i - sujeito e predicado devem estar em uma relação de írmãos.

ii - o predicado deve conter uma variável de predicador, ou seja, uma posição aberta.

iii - se SN e X estão coindexados, então, SN deve c-comandar X ou uma variável vinculada.

Desta maneira fundem-se as noções de "tópico" e sujeito e se obtém, como resultado, um sujeito que exerce as funções de argumento de um predicado e, ao mesmo tempo, desempenha suas atribuições funcionais de tópico.

Desta maneira, o "tópico" seria, em alguns casos, o sujeito sintático da frase, cujo sujeito ocupa a posição de "tópico" e deixa vazia a posição de sujeito propriamente dita (vejase: Galves (87)). O esquema é o seguinte:



Em outros casos, o "tópico" seria sujeito de um predicado complexo (vejase: Williams (80) e Galves (87)). Assim:



De um modo, ou de outro, a estrutura básica é:



deão e receber uma autorização adequada";  
interpretation principle é o princípio de interpretação que diz que todo elemento  
declarado é o princípio de interpretação planejado ("..."; PII  
deverá ser considerado como um princípio que é uma tentativa de superar as difici-  
lidades e desvantagens da linguagem", Chomsky (98) expõe, informando:  
"o

o princípio de interpretação é o que é usado no topo da hierarquia de interpretação e  
que é usado para interpretar o que é usado na base, ou seja, o que é usado no topo é  
interpretado com base no que é usado na base, ou seja, o que é usado no topo é  
interpretado, o que é usado na base é interpretado com base no que é usado no topo.

"  
postas questões para se gerar o SN-tríplice por momento e seu  
fatores sucedentes. Nestes mesmos termos foi visto que há duas propo-  
sicoes sucedentes que possam dar lugar a fatores sucedentes e fatores sucedentes  
que possam dar lugar a fatores sucedentes. No item 2.5.1.2, temos que informar que  
é o objeto a que os princípios de Vinculados o identificam  
no item 1.4, que o princípio de Projeto da Autodita do SN  
seu tratado sucedente da questão de posse de objetos. Foi visto  
que o problema do SN-tríplice é que não pode

### 3.6. A LEGITIMIDADE DO SN-TRÍPICO

"... there is a principle of full interpretation (FI) that requires that every element of PF and LF, taken to be the interface of syntax (in the broad sense) with systems of language use, must receive an appropriate interpretation -- must be licensed in the sense indicated."

(Chomsky (86), pag. 98)

Chomsky continua e explica, através da frase: "Who John saw Bill" (cf., pag. 99) que:

"Given the very general property FI and an appropriate theory of licensing, it would be redundant -- i.e., flat wrong -- to include in a grammar of English rules that specifically bar examples of the sort just illustrated -- requiring that who be followed by a sentence with a gap of a certain sort: a missing position, an empty category or \*\*\* a presumptive pronoun."

O PIP legitima as relações de operador/variável, de subcategorização e de predicação. Legitima, portanto, o "tópico" em todas as estruturas vistas no item 2.5.1.2.

### 2.7. O SN-TÓPICO EM PB

Podemos aplicar aos fatos do PB, o Princípio de Interpretação Plena visto acima, uma vez que os exemplos mostram que há tanto o SN [ e ] objeto, quanto o SN-“tópico”.

Retomando e repetindo aqui o conjunto de frases 24(a-c) podemos verificar que a estrutura subjacente 48(a') é diferente de 48(b'-c').

48 - a. João consertou a bicicleta ontem mesmo.

a'. João consertou [ a bicicleta ] ontem mesmo.

b. João consertou [ e ] ontem mesmo.

b'. [ e (a bicicleta)], João consertou [ e ] ontem mesmo.

c. João consertou ela ontem mesmo.

c'. [ e a bicicleta ], João consertou [ela] ontem mesmo.

A diferença fundamental é que 48(a') é gerada sem uma posição “tópico”, o que é um aparente problema para se postular uma estrutura com “tópico”. Como justificar uma posição que

ocorre em alguns contextos e não ocorre em outros?

Podemos remeter a proposta de Chomsky. Podemos argumentar que essa posição é autorizada pelo PIP. O PIP propõe que uma posição só existe se ela for necessária e legítima. Em PB, nos exemplos em questão, o que vai autorizar indiretamente a presença do SN-“tópico” são as posições abertas, ou seja, os SN C e I objetos e os pronomes lembretes.

Como justificar que o SN-“tópico” é necessário e legítimo?

Através da Regra de Predicação (apresentada no item 3.5.1.1.).

Nos exemplos do PB, acima, o SN-Tópico é o sujeito da relação de predicação, e S ou S' é o domínio X que possui a posição aberta.

A posição aberta é aquela que não possui conteúdo referencial próprio, por exemplo, “SNL e I” e “ela” nos exemplos 48(a) e 48(c). Já o elemento referencial “a bicicleta”, em 48(a), por um lado bloqueia a relação de predicação por não ser uma posição aberta, e por outro não legitima a posição de SN-“tópico”.

A posição de SN-“tópico” deve ser entendida como potencial. Ela pode ocorrer sempre que as condições que a legitimam estiverem presentes. Neste sentido ela tem características muito semelhantes ao Comp.



## Notas do Capítulo 2

- (1) Não é o do escopo deste trabalho analisar as posições variáveis das passivas, relativas, interrogativas, etc.
- (2) O exemplo com clítico foi propositalmente omitido por estar francamente decadente no PR, como mostra a tabela de Duarte (84).

Tabela 1 - Distribuição dos dados computados segundo a variante usada

Variante	Ocorrências	%
clítico	97	4,9
pronome lexical	304	15,4
[SNe]	1235	62,6
outras	338	17,1
Total	1974	100,0

Os números acima (ocorrências e porcentagem) relacionados à variante SNe I são significativos e justificam o emprego dos pesquisadores em classificar essa categoria variante que, embora muito frequente e produtiva, nem ao menos se encaixa na tipologia do modelo teórico atual (Chomsky (82)).

- (3) Este exemplo será discutido a frente, assim como questão do contexto no julgamento da gramaticalidade.
- (4) Esta questão será discutida no capítulo 3, onde há a proposta de Galves (84) para estas estruturas em PB.
- (5) Remeto ao artigo de Pontes (81) para uma completa lista de dados e uma mais completa colocação da questão do PB como língua de tópico.
- (6) A maioria dos dados são do projeto NURC.
- (7) O conceito de núcleo na sintaxe é fundamental. Ele é a parte do sintagma que detém as características essenciais. No presente contexto, o núcleo do SN é o N.  
O esquema da sintaxe-X' é:
- (8) Em Chomsky (86) o preenchimento de Comp se submete a Sintaxe-X'.
- (9) O SN e o PRO sujeitos da predicação na análise de Galves (88) correspondem ao que temos chamado informalmente de SN-“tópico”.

posta de e-mail, que é intopável, exigindo seu pouco de contexto. É opositores ouzistas, se a seta de sujeito ou de objeto é essa mesma exata considerado como "hot". Por exemplo, a frase não pode ser vista como o tigre explicaria certos elementos anafóricos, este McElhanan (84) e usada por Ross (82), Ross sugere que, para tipologias "hot-cool languages", primeiramente proposta por Huang (84) argumenta a favor da extensão do parâmetro de linguagem para o discurso X linguagem relativa para sentenças. Para chegar a esta formulação, à parte da discussão sobre linguagem relativa para o discurso X linguagem relativa para sentenças.

### 3.1.1. MOTIVAÇÕES PARA UM NOVO PARÂMETRO

#### 3.1. A PROPOSTA DE HUANG (84)

Huang (84) argumenta a favor da extensão do parâmetro variável é argumentam a favor do parâmetro que SN C é J objeto do Fz não é satisfeitorialmente desacatado como as outras duas, Farrel (87) e Boijons (88), mostram que de modificado. Fazendo de uma categoria ouzista natural, resultado de uma negra favor das postas no que concerne ao problema do SN C é J objeto.

Neste capítulo apresentaremos resultados, quanto pro-

#### 3. AS DIVERSAS PROPOSTAS



chines é classificado como "cool", porque admite que seus pronomes sejam omitidos, criando posições vazias na sentença que, para serem interpretadas, remetem a informações contidas além dos limites da frase no discurso. Outras línguas, que formam uma escala gradual entre as línguas "hot" e as "cool", são as "medium", que não possuem restrições radicais quanto a distribuição de elementos nulos.

Os três grupos podem ser representados da seguinte maneira:

#### 1º grupo. Línguas "hot": por exemplo, o inglês e o francês.

Elas não admitem o pronome vazio sujeito nem o pronome vazio objeto. Apenas a posição sujeito de orações sem tempo é permitida.

#### 2º grupo. Línguas "medium": por exemplo o espanhol.

São línguas que admitem o pronome nulo em posição sujeito de orações com tempo, mas a posição objeto não pode ser vazia.

#### 3º grupo. Línguas "cool": por exemplo, chinês, PB, japonês.

São línguas que admitem o pronome vazio em posição sujeito e também em posição objeto.

### 3.1.1.1. QUANTO A POSIÇÃO SUJEITO: LÍNGUAS "COOL" E "MEDIUM" VS "HOT".

Pronome vazio em posição sujeito: o efeito pro-drop.

Huang mostra que o chinês se comporta como o italiano e o espanhol com relação ao fenômeno pro-drop. Portanto, apenas o inglês, das línguas mencionadas aqui, ficaria fora desse grupo, que reúne línguas "cool" e "medium" de um lado e "hot" do outro.

Entretanto, o fato de o chinês não ter concordância, e mesmo assim se comportar como uma língua pro-drop, constitui um paradoxo e implica que: (a) se questione o critério concordância (ver: Taraldsen, (78)) e, a partir daí, se altere o parâmetro pro-drop, ou (b) se procure outra explicação para o pronome sujeito vazio em chinês.

E quanto ao PB?

O PB se comporta como as línguas "medium", quanto ao fato de possuir Concordância<sup>1</sup>, mas dá evidências que é, ou está se tornando uma língua "cool".

### 3.1.1.2. QUANTO A POSIÇÃO OBJETO: LÍNGUAS "COOL" VS "MEDIUM" E "HOT"

Línguas "hot", "medium" e "cool" podem ser exemplificadas, quanto à posição objeto, da seguinte maneira:

1º grupo (inglês): "hot".

49 - FALANTE A: Did John see Bill yesterday?

FALANTE B: Yes, John said that ~~s/he~~ he/~~she~~ saw him/~~he~~ I.

2º grupo (espanhol): "medium".

50 - José sabe ~~s/he~~ que Maria lo /~~she~~ ha visto I

3º grupo (chinese): "cool".

51 - FALANTE A: Zhangsan kanjian Lisi le ma?

'Zhangsan viu Lisi?'

FALANTE B: Zhangsan shuo C e kanjian e le I

'Zhangsan disse que ele/e viu ele/e'

A agramaticalidade de 49 e 50 contra a gramaticalidade de 51 quanto ao pronome nulo em posição objeto, levou Huang a separar as línguas "hot" e "medium" das línguas "cool" através do parâmetro: Línguas orientadas para a sentença e línguas orientadas para o discurso, respectivamente, porque é no discurso que o SN C e I objeto vai ser interpretado. Este ponto é fundamental para a análise que vamos propor no quarto capítulo.

Huang criou esse novo parâmetro uma vez que o parâmetro prodrop, de acordo com a "generalização de Taraldsen", só

admite que um argumento seja "apagado" se ele concordar com o verbo, seja ele sujeito ou objeto. Como o chinês não tem concordância sujeitor-verbo e nem verbo-objeto, tudo leva a crer que não é o fenômeno pro-drop que está em jogo (isso será discutido a frente).

E quanto ao PB?

O PB se comporta como as línguas "cool", quanto à possibilidade do objeto nulo.

Huang mostra que há um contraste marcante entre os dados do espanhol e do português brasileiro e uma semelhança bastante grande entre esses mesmos dados do português e os do chinês. O exemplo do português, que pode se juntar aos exemplos 49, 50 e 51 acima é:

52 - José sabe q' t que Maria o/e viu I.

Tanto o chinês quanto o português brasileiro admitem (além da posição vazia sujeito), a posição objeto vazia. Em relação à posição vazia de objeto, Huang mostra que o chinês e o PB recuperam seu conteúdo no discurso, através de um tópico que vincula a posição objeto. A presença de um tópico discursivo em português (juntamente com outras características, que serão vistas ao longo do trabalho) sugere a Huang que o PB é uma língua "cool" juntamente com o chinês. Sendo assim, a análise dos fatos do chinês deve levar a conclusões que se aplicam também ao PB.

### 3.1.2. A ASSIMETRIA POSIÇÃO SUJEITO / POSIÇÃO OBJETO

• O que é a assimetria posição sujeito/posição objeto?

Para Huang<sup>2</sup>, esta assimetria é um fenômeno relacionado ao parâmetro línguas orientadas para o discurso.

Pode-se perceber pelos exemplos 53(a-f) do PB, o que Huang define por assimetria sujeito/objeto.

a., João<sub>i</sub> disse que C e I<sub>j</sub> viu o Pedro,

b., \*João<sub>i</sub> disse que Pedro viu C e I<sub>j</sub>

c., João<sub>i</sub> sabe que C e I<sub>j</sub> gostaria de conhecer a Maria melhor.

d., \*João<sub>i</sub> sabe que a Maria gostaria de conhecer C e I<sub>j</sub> melhor

e., João disse à Maria<sub>j</sub> que gostaria de conhecê-la<sub>j</sub> melhor.

f., \*João disse à Maria<sub>j</sub> que gostaria de conhecer C e I<sub>j</sub> melhor.

Os exemplos 53(a-c-e) com SN C e I sujeito são todos gramaticais, enquanto que os exemplos 53(b-d-f) com SN C e I



objeto são agramaticais. Em todos eles a interpretação em questão é aquela em que o SN C e I da oração encaixada é vinculado pela posição sujeito ou objeto da oração matriz.

É preciso notar que a agramaticalidade de S3(b-d-f) não se deve a uma restrição estrutural, mas, sim, de natureza interpretativa. Dito de outra maneira: a posição varia de objeto é sempre possível, em chinês ou PB. O problema que surge, às vezes, é qual interpretação esse SN C e I objeto vai receber. Como, nestas línguas, a questão da interpretação está muito ligada ao contexto, Huang sugere que eliminemos o contexto a fim de que fique nítida a assimetria sujeito objeto. A criação de um contexto adequado pode deixar as frases S3(b-d-f) do PB gramaticais e também, segundo Huang, as do chinês.

34 - FALANTE A: Shei kanjian-le Zhangsanji ?

'Quem viu Zhangsan?'

FALANTE B: Zhangsanji shuo Lisi Kanjian-le C e Ji

'Zhangsan disse que Lisi viu C e Ji'

Entretanto, Huang argumenta que a relação entre "Zhangsan" e "C e Ji" na frase do falante B é apenas de coreferência: Zhangsan não é o antecedente de C e Ji. O verdadeiro antecedente é "Zhangsan", na frase do falante A. (Voltaremos a este ponto posteriormente).



### 3.1.2.1. O ANTECEDENTE-A'

A partir de exemplos do tipo de 54, acima, Huang diz que as línguas orientadas para o discurso admitem um SN fora de S, que é o tópico do discurso. Esse SN pode ser ou não lexical. Por exemplo:

55 - a. As flores<sub>j</sub>, vim buscar C e J<sub>j</sub>

b. Vim buscar C e J<sub>j</sub>

Segundo a proposta de Huang, nessas línguas o tópico vincula diretamente o SN C e J objeto, como vimos no segundo capítulo.

43 - Top C e<sub>j</sub> J C ... V e<sub>j</sub> J,

onde o complemento do verbo "e" é uma variável A'-vinculada por um tópico nulo, cuja referência é recuperada no discurso.



### 3.1.2.2. OS ARGUMENTOS BÁSICOS A FAVOR DE VARIÁVEL

Para demonstrar que o SN C e I objeto é de fato uma variável, Huang se baseia em dois pontos fundamentais:

1º é variável porque não pode ser pronominal vazio

2º é variável porque só pode ser A'-vinculado por um tópico.

Em ambos os pontos, a questão da antecedência se revela importante. Ela representa a "dificuldade" comum tanto para se tentar argumentar a favor da hipótese de variável, como para argumentar contra o pronominal como faz Huang.

A questão da antecedência pode ser usada, também, para argumentarmos a favor de não-variável, como será constatado nas sessões seguintes. Será, portanto, com a perspectiva de se procurar analisar a questão da antecedência que encaminharemos a apresentação e discussão dos fatos do PB e do chinês.

Para demonstrar o 1º ponto, Huang propõe a conjunção de duas regras para explicar porque o SN C e I objeto não é pronominal e também a agramaticalidade dos "pronomes" nulos, como nos exemplos 53(b-d-f): a Regra de Controle Generalizado (RCG) e a Regra de Referência Disjunta (RD).

## 56 - RCG:

Coindexar um pronominal vazio com o elemento nominal mais próximo.

"Elemento nominal", segundo Huang, é tanto um "NP" ou "AGR", e, "mais próximo" é, informalmente, o elemento que c-comanda e está na mesma sentença, ou for o mais próximo entre outros.

A RCG não se aplica aos pronomes lexicais. Ela só se aplica às categorias vazias, porque como elas não têm conteúdo lexical, elas precisam de um elemento que as identifique.

A regra de referência disjunta de Huang é, basicamente, o Princípio -B de Vinculação de Chomsky.

## 57 - RD:

Um pronome tem de estar livre na sua categoria de referência.

Voltando aos exemplos 7(b-d-f), Huang argumenta que a sua agramaticalidade é explicada porque, se, por um lado a RCG exige que o SN C e I objeto seja coindexado com o SN mais próximo, por outro lado a RD impede esta coindexação, já que o SN mais próximo é o sujeito da oração encaixada, que, estando na



mesma categoria de regência que o SN C é I objeto, vai impedir que a RCG se aplique.

Segundo Huang, o fato da RCG (que, se aplica ao PRO e ao pro) ser bloqueada, mostra, que o SN C é I objeto não é um pronome. É uma variável: um vestígio deixado por uma regra de topicalização que moveu um SN-objeto para a posição de tópico, onde ele foi apagado (mantendo sua identidade no discurso). Portanto, se o SN C é I objeto do chinês (ou outra língua "cool") não é um pronome, isto não o vai diferenciar das outras línguas, nem mesmo das não-“cool”: Huang prefere considerar a diferença em termos do tópico nulo, porque o chinês admite o tópico nulo enquanto as outras línguas não o admitem.

O 2º ponto envolve a identificação funcional das categorias vazias, onde os Princípios da Teoria de Vinculação desempenham um papel fundamental.

A questão é saber se o SN C é I objeto em PB e em chinês é vinculado. Se ele é A'-vinculado, A-vinculado ou se ele é livre.

Entretanto, o SN C é I objeto pode ser livre e ser A'-vinculado. Chomsky (81) dá a seguinte definição de variável:

58 - “... is a variable if and only if it is locally A'-bound and is in an A-position”. (cf., pág. 330)

Os Princípios de Vinculação, e especificamente o Princípio-C, que se aplica a expressões-r e a variáveis, diz o seguinte:

59 - "An R-expression is free"

(Chomsky, (82); pág. 20)

Cada (e toda) categoria vazia tem um domínio sintático dentro ou fora do qual ela encontra sua referência.

A variável é livre no sentido que ela não é localmente vinculada por uma posição-A, mas ela é A-vinculada, por um elemento em uma posição não-argumental. Como a Teoria da Vinculação se aplica a vinculação-A, podemos classificar variáveis como expressões-r, sem encortermos em uma contradição.

Com o apoio da definição 58 e do Princípio 59, concluimos que o SN E I objeto é livre, no sentido que ele não é A-vinculado, mas que ele precisa de um "antecedente" que o identifique.



### 3.1.3. O "ANTECEDENTE"-A

É importante "fazer um parentese" na apresentação do artigo de Huang (84) e inserir a proposta de Galves (84). Os motivos são, (i) o seu artigo, "Pronomes e Categorias Vazias em Português do Brasil", analisa o comportamento dos objetos nulos do PB, seguindo a proposta de Huang (84), que estamos apresentando aqui, (ii) ela acrescenta fatos empíricos que não podem ser resolvidos pela análise de Huang(84) e levam a uma discussão sobre a noção de Vinculação, e (iii) ela propõe a relação de Predicação para dar conta do objeto nulo do PB.

No inicio de seu artigo, Galves (84) se propõe a analisar, basicamente, dois fatos do PB: A e B.

A = as estruturas relativas com pronomes lembretes, por exemplo:

60 - Tem uma porção de gente aqui, que eles sabem muito mais  
ler do que eu.

(exemplo de Mollica (77))

(exemplo nº 1) em Galves (84)

B = as categorias vazias objeto em frases simples,



61 - Achei lindas flores na feira.

- Você compra  $S_N C$  e  $I$  para mim?

(exemplo nº 2) em Galves(B4)

Galves explica estes dois fatos do PB pela possibilidade de vinculação direta destes elementos (o pronome lembra e o  $S_N C$  e  $I$  objeto) por um  $S_N$  em posição de tópico. Galves propõe que o  $S_N C$  e  $I$  objeto nestas línguas tenha o estatuto de variável de discurso, ou seja, uma categoria vazia em posição-A e que seja A'-vinculada. Por exemplo:

62 - Top  $C$  e  $I_i$  ele disse que encontraria  $S_N C$  e  $I_j$  logo que pudesse.

Em 62, o  $S_N C$  e  $I$  objeto é vinculado por um  $S_N$  em posição-A', considerado o tópico do discurso, é diferente das variáveis de frase, tratadas por Chomsky (77) que são vinculadas por um operador em Comp, encontradas em inglês, PE e outras línguas.

Como ocorrem em PB exemplos onde se verifica a relação tópico-variável de discurso mas, onde este tópico não c-comanda a variável (ao contrário do que ocorre em 62, Galves discute a questão da vinculação. Por exemplo:

63 - Eles fabricaram camisetas e venderam  $S_N C$  e  $I_i$  no Brasil inteiro.



Neste caso a variável é "vinculada" por um SN em posição-A, interpretado como tópico. Esta variável A-“vinculada” lembra a discussão dos vazios parasiticos onde a autora mostra que, nestes casos, não há c-comando.

A partir destes dois tipos de variáveis, a autora propõe duas análises diferentes. Para o primeiro tipo (a variável A-“vinculada” proposta por Huang), a autora argumenta que se trata de uma estrutura de predicação “em que a presença de uma variável é tornada obrigatória pelo próprio fenômeno de predicação em que esta variável pode ser um pronome.” (Galves (84), pág. 133).

Quanto ao segundo tipo (variável A-“vinculada”), a autora diz que são estruturas em que não há c-comando entre o SN lexical e a variável, e onde a “vinculação” só é obrigatória quando existe uma categoria vazia.

Neste segundo tipo estariam todas as estruturas que possuem uma categoria vazia em posição argumental, com o antecedente também em posição argumental e em uma estrutura que bloqueia o c-comando. Seriam as orações coordenadas e justapostas.

Vamos propor, no quarto capítulo, uma análise alternativa, onde não será problema a questão do “antecedente” em posição argumental, como nos exemplos 64-68 abaixo:

64 - a --- Vou te apresentar SN E o João I.

b --- Eu já conheci SN E I.

65 - a --- SN C O João I chegou.

b --- Você chama SN C e I para mim?

66 - a --- SN C O João I<sub>i</sub> escreveu SN C um livro I<sub>j</sub> ótimo.

b --- E eu não elogiei SN C e I<sub>i/j</sub> o suficiente.

67 - Eu comprei C o livro I<sub>i</sub> e já li SN C e I<sub>i</sub>, mas não empresto SN C e I<sub>i</sub> pra você.

68 - C Um cara I<sub>i</sub> ia lá, a gente marcava SN C e I<sub>i</sub>.

Quanto às frases simples, a estrutura de predicação é superficialmente semelhante a estrutura de tópico de Huang no sentido que ambas possuem um SN fora de S, coindexado a um SN C e I objeto interno a S. As diferenças, entretanto, são profundas.

A regra de predicação (vista no item 2.5.1.2.) prescinde da noção funcional de tópico, e incorpora a noção de sujeito e predicado. O Sujeito é um SN (que pode estar em uma posição de tópico do discurso) que comanda um domínio que contém uma variável de predicado e da qual ele recebe uma função temática na cadeia formada pelo SN e a variável com caso.

Calves (84) argumenta que a regra de predicação de Williams (80) já é mais abrangente do que aquela proposta por Chomsky (77 e 82), mas que para abranger os dados do PB deve permitir, além da variável, o pronomé lexical. Assim sendo, por-



dever-se considerar que a regra de predicação dá conta de uma série de exemplos como:

69 - SN [ João ] S [ ele ] saiu ontem ]  
(exemplo de  
Galves (84))

70 - Ai SN [ esse rapaz ] S [ que eu conheci ] ele ] I  
S [ ele ] estava lá na festa também ]  
(exemplo de  
Tarallo (83))



que discussões e debates"

72 - Top 1 e 2 logo drass que Pedro ou Leão \*

A estrutura acima da conta de todos os sentenças, soma  
pelas 4 encadradas, com objeto nulo, nas linhas orientadas para  
o discussão. Incidências

C Tc e J v MS C S C Tc NS > Tc

No item 3.1.3.1, a propósito daqui, retira a sua análise:  
A estrutura de topo proposta por Huang, apresentada  
nas sev interpretação, é o seu antecedente este em postado -A-  
párof A, -anteceda porquê, como toda categoria vez, ela pre-  
seja pronominial, Ela propõe que esta categoria vez é que  
mite uma categoria vez que é demonstrativa que esta não pode  
ser a autor propõe que existe um grupo de linhas que  
só de Huang, que representa a sua proposta.

Procuramos mostrar até aqui os pontos básicos do arti-

#### 3.1.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

### 3.1.4.1. INTRODUZINDO O PROBLEMA

Tendo em vista que os casos "típicos" são explicados pela análise de Huang, poder-se passar para um outro grupo de exemplos de seu artigo. São os exemplos agramaticais. Huang marca como agramaticais uma série de exemplos que, como vamos procurar mostrar, não são "tão agramaticais" assim.

Apresentaremos o problema sob a forma de "fatos", e levantaremos algumas questões relacionadas que serão retomadas no quarto capítulo.

1º fato: Para Huang, só há uma interpretação para a frase 73, abaixo:

73 - João disse que Pedro viu

ou seja:

72 - Top C e Ti João disse que Pedro viu C e Ti

Segundo Huang a interpretação 73 é possível porque como já constatamos, o PB, semelhantemente ao chinês, admite um tópico nulo que funciona como o antecedente do SN C e I objeto, e vai ser interpretado no discurso.

2º fato: Para Huang, todas as frases com a estrutura 743 abaixo, são agramaticais.

74 - \* Top C ( SN )<sub>1</sub> I g C C SN I<sub>1</sub> C e I<sub>1</sub> I

Por exemplo:

75 - \* g C João<sub>1</sub> disse que Pedro viu C e I<sub>1</sub> I

A frase 75 e outras que veremos a frente, são agramaticais, segundo a análise de Huang, porque sua estrutura não se encaixa na estrutura 71, ou seja, se o SN C e I objeto é uma variável, ele deve ser A'-vinculado, o que quer dizer, localmente vinculado por um elemento em posição-A'. O SN correferente "João", em posição-A, por um lado, não serve como antecedente da variável, e por outro bloqueia a vinculação por uma posição-A'.

A conclusão a que se chega é que o SN C e I objeto não pode ter como "antecedente" um SN correferente em posição-A.

Entretanto, há um 3º fato a ser considerado.

3º fato: Huang aceita que, com um contexto adequado, a frase 75 (e outras semelhantes) pode ser interpretada, recebendo uma interpretação secundária. Podemos, então, criar um contexto para a frase 75:

76 - a - Falante A: - Maria disse que ninguém viu João chegar na festa.

b - Falante B: - Mas, João<sub>1</sub> disse que Pedro viu C e I<sub>1</sub>.

Huang admite a possibilidade do SN C e I objeto correr referir<sup>4</sup> com "João", mas ele explica que a relação existente não é de antecedência e sim de correferência. São situações onde um contexto apropriado autoriza, como em 76, a coindexação entre o SN C e I objeto e o SN sujeito da matriz.

Segundo Huang, o verdadeiro antecedente do SN C e I objeto é o "João" do discurso, que aparece na frase do falante A, com quem ele estabelece uma relação de dependência referencial.

Há, portanto, dois tipos de relação:

(i) relação de antecedência - quando a categoria vazia depende referencialmente de um antecedente.

(ii) relação de correferência - quando a categoria vazia já é dotada de uma certa referência e só precisa ser identificada.

É fundamental para a análise de Huang essa distinção entre correferência e antecedência, porque o grande argumento a favor do C e I objeto do PB/chineses ser uma variável é a vinculação do referido SN C e I por um antecedente em posição-A'. Os outros argumentos de Huang são, na verdade, contra o SN C e I objeto como pronominal, e encaminham para uma conclusão lógica: se o SN C e I objeto não pode ser um pronominal, então é uma variável. Desta maneira Huang volta a generalização

de Chomsky que determina que:

- i - se o antecedente está em posição-A', então o SN C e I objeto é variável.
- ii - se o antecedente está em posição-A, então o SN C e I objeto é pronominal.

Segundo esta proposta, todos os exemplos que contenham um SN C e I objeto e seu respectivo "antecedente" na frase em posição -A, trazem problemas<sup>5</sup> para a análise de Huang.

Com a apresentação destes 3 fatos, pretendemos deixar claro que há um problema sintático que vem sendo deixado para o discurso. Dito de outra maneira, há restrições sintáticas que bloqueiam estas frases em Estruturas-S e que não operam a nível do discurso.

Isto dito, devemos esclarecer que concordamos que há uma assimetria sujeito/objeto, no sentido que Huang dá ao termo e que as frases com SN C e I objeto e SN correferente em posição-A não são boas sem contexto.

A proposta de Huang dá conta destes exemplos enquanto agramaticais, mas não podemos ignorar suas possibilidades interpretativas, ou seja, suas interpretações secundárias. Mas, para Huang isto não é sintaticamente relevante.

Destas colocações surge uma questão teórica, quase epistemológica, é lícito excluir o contexto das análises sintáticas, se ele causa mudança nestas análises?



Vamos analisar alguns exemplos de Huang que se enquadram nestas questões.

Huang marca como agramatical o exemplo 77 (numeração de Huang: nº 22 (b)).

77 - \* Zhangsan1 xiwang2 C Lisi3 keyi4 Kanjian5 C ej6 3 3

' Zhangsan espera que C Lisi possa ver C e I I'

Huang argumenta que 77 é agramatical por causa do SN correferente em posição argumental.

Huang mostra, com o exemplo 78, que a falta do tópico lexical em 77 não é responsável pela sua agramaticalidade.

78 - \* C Zhangsan3 C tai4 shuo5 Lisi6 mei7 Kanjian8 C ej9 3 3

' Zhangsan , ele disse que Lisi não viu e .

Podemos supor que a estrutura de 77 e 78 é 79:

79 - TopC e I<sub>i</sub> C C SN I<sub>j</sub> V ej J

Pela proposta de Huang (84), 79 é mal formada porque, como a derivação é feita por movimento, C e I<sub>i</sub> passe por cima do SN-sujeito "Zhangsan", violando a condição do "strong cross-over".

Huang tem um exemplo semelhante a 77, cuja a única diferença é a presença do tópico lexical (numeração de Huang: 73 b.).



Segundo Huang, a presença do tópico não é condição suficiente para uma sentença ser gramatical. Se houver um SN correferente (expressor ou pronome) em posição argumental, a vinculação do SN C e I objeto por uma posição- $\Lambda'$  será bloqueada, ou, sob o ponto de vista da derivação, cai sob a condição do "strong cross over".

Por esta análise, as frases 75, 77 e 78 foram marcadas como agramaticais. Como a frase 80<sup>6</sup> é muito semelhante no que diz respeito ao SN-correferente, esperar-se que 80 também seja agramatical. Entretanto, Huang não a marca como agramatical:

80 - Li Xiaojie<sub>i</sub> tai shuo C wo meiyou qing C ei<sub>i</sub> 3, suoyi buken iei 3.

'Miss Lij<sub>i</sub> , ele<sub>i</sub> disse que C eu não convidei C e I<sub>i</sub> , então não queria ir 3'

Huang argumenta que 80 é gramatical porque ela contém uma categoria vazia na oração coordenada que atribui referência ao SN C e I objeto que a antecede. A estrutura completa é:

81 - Li Xiaojie<sub>i</sub> , tai<sub>i</sub> shuo C wo meiyou qing C ei<sub>i</sub> 3<sup>1</sup><sub>i</sub>, suoy C e 3<sup>2</sup><sub>i</sub> buken iei 3.

Segundo Huang, C e I não depende referencialmente de "ta", sujeito da oração matriz, mas sim do SN C e 3<sup>2</sup> da oração mais encaixada. Esta explicação é problemática porque não há C-comando entre C e 3<sup>1</sup> e C e 3<sup>2</sup>, e portanto, não há vincula-

fot mouldo para a possídeo de topoico, passando por cima de um tradicionaI, o SN que ocupaõe a possídeo que agora ésta vez é de aqüorar uma possídeo vazia e por movimento. Segundo a analise de que se operar uma possídeo não produçao, é unica possibilidade em Ingles, Ilonga não produçao.

"It's John", he said Bill saw him it is.

"It's me", he said Bill saw him it is.

Huang da um exemplo do Ingles onde ocorre "strong cross-over", com exemplo de possídeo sujeito e objeto:

O contexdo em Ingles

Pensamos que para darmos conta do papel do contexdo na gramatica das sentenças, devemos comparar os exemplos do PB/chines com os do Ingles, porque este ultimo não permite a interferencia do contexdo.

é o seu artigo.

Este justificativa de Huang traz de novo a tona a questao do contexdo, comentada de maneira não-teorica no inicio de seu artigo. Huang argumenta que se torna mais difficult e a frase se tornagrammatical, se definir melhor; em frases curtas, a identificação do tambem, ou seja, porque a frase BO é larga e antigo, o contexdo

é o que indica.



SN-correferente e que o c-comanda. Este movimento, entretanto, viola a condição de "strong crossover", dali a agramaticalidade de 82 a e b.

Huang argumenta ainda, que independentemente do processo de derivação, 82 a e b são agramaticais. Pela definição funcional de Chomsky (81), toda categoria vazia vai ser localmente identificada como pronominal ou não-pronominal. Nas frases 82 a e b os SN C e I são localmente vinculados por uma posição temática, o que por definição, impede que sejam variáveis. Huang mostra, entretanto, que os SN C e I também não podem ser pronominais por não obedecerem às regras de controle.

Consideremos agora os exemplos 83 e 78 equivalentes em chinês, para chegarmos a algumas conclusões.

83 - Zhangsanji, tai shuo C e Ji mei Kanjian Lisi.

78 - \* Zhangsanji , tai shuo Lisi mei Kanjian C e Ji .

Os exemplos 83 e 78, embora equivalentes na forma ao 82 a e b do inglês, apresentam uma diferença importante que remete a questão da assimetria sujeito/objeto. Ou seja, o exemplo 83, com extração a partir de uma posição sujeito é gramatical, embora "violando" o strong cross over; já o exemplo 78, com extração de SN a partir da posição objeto é agramatical.

A questão que surge é: por que 83 é gramatical apesar da aparente violação do strong cross over?

Huang argumenta que, pela definição funcional das categorias vazias o C e I sujeito em 83 é um pronominal; além

disso ele é localmente vinculado pelo SN em posição-A.

Há mais uma questão: As frases 82 (b) e 78 são equivalentes?

Huang não trata desta questão. Ele observa que a derivação de 82 (b) e a de 78 geram resultados igualmente agramaticais. Huang deixa para o discurso a possibilidade de uma interpretação secundária.

É importante lembrar que há exemplos que são gramaticais sem a interferência do contexto, provocando inclusive aparentes violações sobre restrições sintáticas. Por exemplo, o 80. Voltaremos, no quarto capítulo, a este e outros exemplos onde E e I objeto correferem com um SN em posição argumental.

Gostaríamos de argumentar a favor da gramaticalidade (embora com as restrições já vistas) dos exemplos 75, 77 e 78. O que é fundamental para isto é a grande semelhança estrutural entre 80 e 78, por um lado, e a grande diferença, também estrutural, entre 80 e 82. Ou seja, há dois fatos em jogo na análise da gramaticalidade de 75, 77 e 78. Primeiro, uma evidência empírica no sentido que se 80 é gramatical, 78 não pode ser "tão agramatical". Segundo, um fato sintático, ou seja, a frase 82 (b) do inglês é agramatical sempre, enquanto que 75, do PB, 77 e 78 do chinês podem ser interpretadas com um contexto adequado.

Apesar do chinês e o PB serem diferentes do inglês, quanto a possibilidade de sujeito e objeto nulos (não compartilham os mesmos parâmetros), Huang compara a agramaticalidade causada pelo objeto nulo, sem levar em conta o papel do contexto nas frases do chinês.



Tendo visto, no entanto, que a presença do contexto é capaz de alterar as análises sintáticas, podemos perguntar: qual a restrição sintática que bloqueia estas frases em estrutura-S e que não opera mais a nível do discurso?

Visando entender o fenômeno do objeto nulo do PB e o que ocorre entre a sintaxe e o discurso, vamos rever o artigo de Raposo (86), que examina os fatos do PE em relação ao objeto nulo determinado, e que revela fatos empíricos semelhantes e, principalmente, uma estrutura sintática própria. A análise do texto de Raposo (86), visando uma comparação das estruturas do PB e do PE com SN C e I objeto, ajuda a esclarecer os fatos e a levantar algumas questões.



### 3.2. A PROPOSTA DE RAPOSO (86)

Segundo Raposo (86), há evidências de que ocorre em PE o fenômeno do objeto nulo. Por exemplo (numeração de Raposo: nº 1 e 2):

84 - a. A Joana viu C e I na TV ontem.

b. A Joana viu - os na TV ontem.

Raposo afirma que 84(a-b) são gramaticais em PE, apesar do caráter mais ou menos marginal de 84(a). O autor não argumenta a favor do PE ser uma língua de tópico ou orientada para o discurso como o faz Huang para o chinês, ou Galves (84) para o PB; mesmo assim a análise de Raposo (vimos a estrutura básica no item 2.5.1.2.), é em termos de um "tópico" nulo, fora de S, e um operador nulo em Comp, que vincula a categoria vazia objeto, que ele classifica como variável, por representar um vestígio deixado por uma regra de movimento do tipo Movimento-Qu (voltaremos a este ponto oportunamente).

As sentenças do tipo 84(a-b) teriam a seguinte estrutura:

85 - Top<sup>C</sup> ej I s<sup>C</sup> Comp<sup>C</sup> PRO<sub>j</sub> I s<sup>C</sup> A Joana viu C e I<sub>j</sub> ontem  
na TV. I I

A análise de Reposo se desenvolve através das seguintes etapas:

1º O autor comprova a presença estrutural do fenômeno do objeto nulo em sentenças causativas.

2º O autor demonstra a existência das regras de movimento em PE, através do efeito da Subjacência.

3º Uma vez aceita a tese do movimento, o autor mostra a semelhança entre a categoria vazia objeto e o *vestigio-Qu* (*variável*), com exemplos do tipo:

i - a. \* Ele<sub>j</sub> pensa que eu recomendei C<sub>ej</sub> J ao professor.

b. \* Ele<sub>j</sub> perguntou-me se eu tinha visto C<sub>ej</sub> J na TV.

ii - a. \* Quem<sub>j</sub> é que ele<sub>j</sub> pensa que eu recomendei C<sub>ej</sub> J ao professor?

b. \* Quem<sub>j</sub> ele<sub>j</sub> me perguntou se eu tinha visto C<sub>ej</sub> J na TV?

Raposo diz que o objeto nulo é variável, porque o objeto nulo é sensível ao "strong crossover", assim como a variável, o que é um indicio que i-(a-b) e ii-(a-b) são construções paralelas.

42 O autor procura responder: como o objeto nulo pode ser considerado uma variável, se ele não é um vestígio-WH de interrogativa? A resposta, segundo Raposo, está no Princípio-C de Chomsky (B2): uma variável é um elemento <sup>não</sup>A-vinculado.

Raposo demonstra que o objeto nulo do PE possui interpretação específica e é uma variável. Resta saber se, dado o objeto nulo específico do PB, pode-se aplicar a mesma análise do PE e concluir que é uma variável, também.

O objeto nulo do PB é semelhante ao objeto nulo do PE em um primeiro momento, ou seja, quando analisamos apenas a frase 84-a, acima. A frase 84-b, muito bem aceita em PE, mas bem pouco usada em PB pela presença do clítico, é um indicio que o fenômeno em jogo, entre o PB e o PE, não é o mesmo. De fato, ao longo do artigo do Raposo, surgem vários dados que divergem quanto a gramaticalidade. Por exemplo<sup>7</sup> (nº 17-b, numeração de Raposo):

86 - Em PE a. \* C o bolo J<sub>i</sub> s C o rapaz J s' C que trouxe  
x e C e J<sub>i</sub> mesmo agora da pastelaria era o teu  
afilhado J.

Em PB b. C o bolo J<sub>i</sub> s C o rapaz s' C que trouxe  
C e J<sub>i</sub> agora mesmo da doceria era o teu afilhado J.

Os dados agramaticais em PE, mas gramaticais em PB sugerem que o fenômeno não é o mesmo nas duas línguas. Parece que

ra o PE, se aplica em critérios sintáticos, como as condições de A proposta de objeto nulo operacional, de Raposo (86) per-

mos demonstrar no apartado capitalo.

outra natureza, é provavelmente um pronominal, como produzido correta para o PE, mostra que o fenômeno em jogo, em PB, é de A sua análise do objeto nulo como operacional, se este

mos desenunciando a respectividade do objeto nulo determinando. A análise de Raposo (86) retoma a discussão que ultrapassa com o poder restitutivo das condições de subjetividade.

vazaria os limites de S', porque é uma reificação que não contém, a relação operador/operador seria de tal forma, que extrairíamos, de tal forma, que tem o S', como limite. Em PB, entendemos, de tal forma, que o PE São passadas por outras tipos de restrições que o PE pode violar a subjetividade intervir que as relações unicamente por um operador (PRO) em Comp. Como esse vínculo é A análise de Raposo mostra que ocorre uma variação

que se comporta como operacional.

mesmo assim as frases são gramaticais. O S' é o objeto parado tem a subjetividade. Em PB, há violação aparente da subjetividade em S' é o objeto do PE não poderia ocorrer em possíveis que só de uma variável. Para ser considerado uma variável, o é categoria ou seja objeto em PB não parece ter o comportamento apelado da análise de Huang (84) e Galves (84) ao PE, já que para o PE está correta, os dados do PE trazem problema para é que a análise de Raposo não se aplica ao PB. Se sua análise parece que em PB, o fenômeno é outro (ver Galves (88))

Comp duplamente preenchido. Em PB, o que estaria em jogo?

O PE não admite nenhumas violações da subjetividade ou do filtro do



Subjacência, que mostram que o PE é sensível às restrições de "strong crossover".

Este ponto é particularmente interessante no que diz respeito à discussão dos exemplos do PB/chinês e do inglês (vistos anteriormente), porque remete à questão da possibilidade/impossibilidade de regras sintáticas serem desfeitas no discurso.

Se nossa análise sobre a gramaticalidade dos exemplos do PB/chinês está correta, então a interferência do contexto não torna as frases do PE gramaticais. O efeito das restrições sintáticas (strong crossover) em PE, uma vez visível em Estrutura-S, não pode ser desfeito no discurso.

Desta maneira, o PE e o inglês possuem estruturas semelhantes, no sentido que as regras da sintaxe "fecham questão" sobre a gramaticalidade das sentenças. Tudo se resolve a nível da frase.

Não podendo haver interferência do discurso para torná-las gramaticais.

O PB mostra um comportamento diferente, como vimos.

O texto de Farrell (87) pode trazer mais algumas evidências empíricas a favor da possibilidade de interpretação das sentenças com um contexto adequado.

### 3.3. A PROPOSTA DE FARREL (87)

#### 3.3.1. OUTRAS ANÁLISES

Neste item (e no subsequente), vamos apresentar uma outra opção para a classificação do SN C e J objeto do PB que, como vimos acima, não é satisfatoriamente descrito como variável.

#### 3.3.2. UM BREVE HISTÓRICO

A hipótese do não-movimento pode ser representada por uma série de autores que propõem que o SN C e J objeto do PB é um pronominal vazio.

Pode-se recuperar a evolução dos fatos através das propostas contidas nos diversos artigos, a começar pelo "Object Deletion in Portuguese" de Wheeler (81).

A autora exemplifica bem o fenômeno do objeto vazio em PB, através do paradigma: SN lexical, pronome e SN C e I; onde SN C e I pode ser tanto um SN vazio, quanto um pronome vazio. Por exemplo (ver Wheeler (81), pág. 14):

a - Manda o pacote por correio.

b - Manda ele por correio.

c - Manda C e I por correio.

Ela mostra através deste paradigma, a peculiaridade do objeto vazio em PB, porque ele admite um pronome pessoal reto, usado como pronome acusativo, alternando com uma categoria vazia. Em outras línguas como francês, italiano e espanhol, nem o pronome e nem a categoria vazia são possíveis.

Utilizando outros exemplos, a autora desenvolve sua argumentação e conclui que o objeto ausente SN C e I não pode ser PRO e nem um SN vazio, gerados na base. Ela assume que SN C e I é um pronome, por duas razões: porque SN C e I é "ele" nos exemplos acima estão em variação e "ele" (pronome) vira SN C e I (categoria vazia) através da perda do traço C + animado I do pronome, gerando um pronome nulo, resultado, portanto, de uma Regra de Apagamento.

Vale lembrar que a análise de Wheeler antecede o modelo atual de Regência e Vinculação e, portanto, não dispõe do instrumental teórico hoje disponível para a análise de categorias vazias.



Outra análise a favor do pronome nulo é a de Moreira (83), que levanta algumas diferenças entre a modalidade oral e escrita.

A hipótese do pronome nulo (chamado "pro" no modelo atual) é, em princípio, para estes autores, uma opção viável, porque ele se comporta como sua contrapartida lexical, o pronome.

Há alguns problemas teóricos, entretanto, para que se possa considerar, de imediato, o SN [ e ] objeto do PB como um pronome nulo.

O primeiro problema é o da identificação da categoria vazia pro. A teoria formalizou a identificação do pro-sujeito através de regras de controle local que não se aplicam ao pro-objeto.

A transferência direta do pro-sujeito das línguas pro-drop para a posição objeto exige uma reformulação nos princípios de identificação do pro.

O segundo problema diz respeito às diferenças interpretativas entre o pronome lexical e o pronome nulo. Por exemplo:

88 - João disse à Maria<sub>j</sub> que viu [ e ]<sub>j</sub>.

89 - João disse à Maria<sub>j</sub> que viu [ e ]<sub>j</sub>.

A hipótese do pronominal apagado não da conta da diferença interpretativa entre [ e ]<sub>j</sub> e [ e ], quando ambas as frases estão fora de contexto.

O terceiro problema é saber se o pronome lexical e o pronome nulo estão em distribuição contrastiva, ou se sua distribuição sofre algum tipo de restrição.

Após as propostas de Wheeler (81) e Moreira (83), o SN C e I objeto foi tratado durante algum tempo como variável (ver-já-se Galvão (84)).

Farrell (87) escreveu um artigo onde ele trata o SN C e I objeto em PB como pro e se propõe a examinar sua distribuição e função.

Farrell aceita a explicação funcional da análise de Huang no sentido que o objeto nulo em questão pode estar relacionado com o parâmetro língua de tópico, mas não concorda com a explicação sintática dada por Huang para o caso do PB.

### 3.3.3. OS DOIS OBJETIVOS DE SEU ARTIGO.

O artigo de Farrell se divide em duas partes (no que concerne aos propósitos deste trabalho), que analisaremos em 3.3.3.1. e 3.3.3.2., respectivamente:

1ª parte: argumentação contra a proposta de variável de Huang.

2ª parte: argumentação a favor do pro-objeto.



### 3.3.3.1. SUA ANÁLISE CONTRA A PROPOSTA DE VARIÁVEL.

Na primeira parte, Farrell usa argumentos quanto a distribuição e função do SN C e I objeto para demonstrar que este não pode ser adequadamente descrito como variável.

Para mostrar que o SN C e I objeto, de fato, não é variável, Farrell precisa explicar a agramaticalidade das frases que contém um SN C e I objeto (por exemplo, 53(b-d-f)), e cuja distribuição é limitada, em relação àquelas com SN C e I sujeito pronominal. Por exemplo:

53 - b - \* João<sub>i</sub> disse que Pedro viu C e J<sub>j</sub>.

Farrell não chega a explicar sintaticamente a agramaticalidade de 53-b. Entretanto, ele retoma a questão do contexto, — pois como foi visto no capítulo anterior, Huang admite que a frase 53-b pode ser gramatical sob condições discursivas apropriadas, — e discute o problema da aparente violação do "strong crossover". Farrell dá um exemplo muito semelhante ao 53-b:

90 - a - Todo mundo diz que Maria beijou Pedro<sub>i</sub> depois do bai-  
le.

b - C DP J<sub>j</sub> Mas ele<sub>j</sub> insiste que ninguém beijou C e J<sub>j</sub>.

A frase 90(b) mostra que a restrição sobre correferência (proposta por Huang), não ocorre em certos contextos, o que não pode ser explicado se se considerar que C e I<sub>i</sub> em 90-b é uma variável. Ou seja, a frase 90-b é gramatical apesar de violar o "strong crossover". Mas por que 91 e 92 são agramaticais?

91 - \* C Who I<sub>i</sub> did he<sub>j</sub> say that Peter saw C e I<sub>j</sub> ?

92 - \* C Quem I<sub>j</sub> ele<sub>j</sub> disse que Pedro viu C e I<sub>j</sub> ?

O que acontece, segundo Farrell é que em 90(b) não há movimento, e portanto, não há violações das condições de movimento. Já em 91 e em 92 há movimento e por isso ambas são agramaticais. E quanto a 93?

93 - \* Pedro<sub>j</sub>, ele<sub>j</sub> insiste que ninguém beijou C e I<sub>j</sub>

Para Farrell, interrogativas (exemplos 91 e 92) e topicalizações "típicas" (exemplo 93) são geradas por movimento, violando o "strong crossover" enquanto que 90-b é gerada na base com um pronome nulo em posição objeto e um operador nulo fora de S.

Neste ponto, Farrell concorda com Huang. Ambos afirmam que a presença do tópico lexical não torna as frases do PB e nem do chinês gramaticais se houver um SH correferente entre o SN C e I objeto e o operador.

Entretanto, não fica explicado por que há contextos onde a restrição sobre correferência entre o sujeito da oração matriz e o objeto da oração encaixada se aplica (exemplo 53-b) e outros onde esta mesma restrição não se aplica (exemplo 90-b). Farrell tenta explicar a diferença de 53-b e 90-b em termos da noção de logoforicidade e cadeia tópica, como veremos a frente.

Farrell comenta outras propostas de operadores/variáveis: a de Hasegawa (84), que se aplicaria ao problema dos SN C e I objetos em orações adjuntas e a de Gergopalous (vejase Farrell (87), nota 30) que propõe que o operador seja gerado na base (por exemplo: núcleo de relativas) para resolver o problema dos pronomes resumptivos.

Farrell entretanto, rejeita estas propostas por trazerm custos adicionais ou, simplesmente, não serem suficientes para resolver o problema, enquanto que, como ele procura demonstrar (veja-se item 3.3.3.3.), a sua hipótese do pro-objeto se encaixa perfeitamente, eliminando os problemas decorrentes de toda análise que envolve movimento.

### 3.3.3.2. SUA PROPOSTA O pro OBJETO

Na 2ª parte de seu trabalho, Farrell se empenha em demonstrar que o SN C e I objeto do FB é pcc, porque:

- (i) ele obedece ao Princípio-B da Teoria de Vinculação,

(ii) suas possibilidades referenciais são idênticas às dos pronomes lexicais, e

(iii) está em variação livre com o pronome lexical.

Além disso, o autor se propõe a investigar a natureza dos mecanismos que autorizam a ocorrência do pro-objeto e que identificam o seu conteúdo. Farrell pretende demonstrar que o pro-objeto, assim como o prosujeito, estabelece um certo tipo de relação, capaz de autorizar sua presença e recuperar seu conteúdo.

Farrell usa a proposta de Rizzi (86), que propõe dois princípios de identificação do pro-objeto (que, como vimos no capítulo II) no caso do italiano é genéricos: autorização (ing., licensing) e identificação (ing., identifying).

Segundo Rizzi, as línguas escolhem seus regentes estritos, que são categorias  $X^0$ , que regem estritamente seu complemento.

Farrell adapta a proposta de Rizzi e propõe que também o pro [ + determinado ] do PB seja autorizado por V, seu regente estrito (veja-se esquema 94) e identificado através de uma cadeia tópica (veja-se esquema 95), cujo "tópico fraco", ou seja, o clítico (com o qual ele é coindexado), por ser um elo pronominal, pode ser apagado e mesmo assim o pro será identificado pelo núcleo (ou outro elo) da cadeia.



USP

94

94 - Esquema

TP

NP

T'

proj

T

VP

AGR<sub>i</sub>

V+cl<sub>j</sub>

NP

proj

## 95 - Esquema.

Cadeia	$\Theta_i$	$\vdash$	Cadeia	$\vdash$	cl	$\vdash$	pro	$\Theta_i$	$\vdash$	I
Tópica			Sintática							
								0		

## 3.3.4. ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE FARRELL (87)

Na página 9 (três) de seu artigo, Farrell diz que o PB admite quatro respostas para a pergunta "Que aconteceu com o bolo?", que seriam:

## 96 - Eu o comi.

## 97 - Comi-o.

## 98 - Eu comi.

## 99 - Comi.

Entretanto, penso que ele deveria ter considerado duas respostas a mais:

## 100 - Eu comi ele.

## 101 - Comi ele.

Na verdade, Farrell poderia ter substituído as frases 96 e 97 por 100 e 101, respectivamente, porque o clítico praticamente não é mais usado em PB (cf., nota 2, capítulo 2).

Farrell, entretanto, parece ignorar estes dados e propõe que a cadeia tópica seja formada por "tópicos fortes", que são os constituintes iniciais que estabelecem o tópico discursivo e por "tópicos fracos", que são os constituintes que mantêm a topicalidade do tópico inicial. Ainda, segundo Farrell, o PB admite pronomes resumptivos e categorias vazias na formação do "tópico fraco". O que nos parece requerer algumas justificativas teóricas a mais é o fato do autor propor uma cadeia pronominal (o "tópico fraco") com um pronome nulo e um clítico apagado (sem matriz fonética). A função do clítico, nestes casos, é vincular o SNC e o objeto pronominal e através da coindexação lhe "restituir" seus traços.

A proposta de Farrell é problema em dois aspectos.

O primeiro aspecto é a dificuldade teórica de se aceitar uma proposta que postula a existência do clítico nulo, em uma língua onde o clítico está decadente.

O segundo aspecto é o "resíduo" de exemplos gramaticais que ele marca como agramaticais. São, basicamente, os mesmos exemplos agramaticais de Huang. Por exemplo:

102 - \* Pedro<sub>i</sub>, ele<sub>j</sub> insiste que ninguém beijou E e J<sub>i</sub>.

\*\*\*\*\*  
strong crossover

O exemplo 102 é agramatical para Farrell porque, para ele, a topicalização é feita por movimento, violando o "strong crossover". Sendo assim, não há como dizer que 102 é gramatical.

As restrições sintáticas, que atuam nas estruturas, marcam, de forma definitiva, as frases como agramaticais.

Qual a restrição que bloqueia a estrutura de 102 se ela é gramatical (para os falantes nativos)?

### 3.4. A PROPOSTA DE GALVES (88)

Galves (88) analisa a possibilidade de SN C e I objeto em PB com interpretação determinada. A autora discute as relações envolvidas no fenômeno do objeto nulo e propõe uma estrutura frasal para o PB capaz de explicar muitos dos contextos onde o SN C e I objeto ocorre. A estrutura é:

$$103 = \text{INFL}^{\text{C}} \text{ PRO}_1 \text{ INFL}^{\text{C}} \text{ SN V proj } \text{I } \text{I}$$

Galves argumenta que esta estrutura permite explicar, não só os casos de SN C e I objeto, como também os casos denominados de "alçamento de objeto" e "alçamento do possuidor" em posição sujeito (que não analisaremos aqui). Como por exemplo:

104 - Este carro não fabrica mais.

105 - O carro furou o pneu.

As frases 104 e 105, com o SN "sujeito", de uma "certa maneira" fora da frase, parecem corresponder à estrutura 103 acima. O que justifica esta estrutura é o fato do PB ser uma língua de "tópico", como argumenta e ilustra Pontes (cf., segundo capítulo), e com o qual Galves (88) concorda.

A estrutura 103, acima, tem um sujeito da predicação que legitima as construções, ou seja, legitima o pro. E o pro legitima a estrutura de predicação, por ser uma categoria vazia em um domínio X.

A análise de Galves (88) permite explicar, em relação ao SN C e I objeto todos os exemplos semelhantes aos 106-108 abaixo:

106 - C PRO<sub>i</sub> INFL<sup>C</sup> Joana viu C e I<sub>j</sub> ontem na TV I

107 - C o bolo<sub>i</sub> INFL<sup>C</sup> o rapaz que INFL<sup>C</sup> trouxe C e I<sub>j</sub> agora mesmo da doceria INFL<sup>C</sup> era o teu afilhado I J

108 - C João<sub>i</sub> INFL<sup>C</sup> disse que Pedro viu C e I<sub>j</sub> I

Estas frases são boas porque a Predicação estabelece uma relação entre um "sujeito" e um domínio com uma posição "aberta".

Em 106, o PRO é o "tópico" nulo, que permite a interpretação do pro. Em 107, o pro é interpretado pelo tópico que está separado deste por mais de uma projeção máxima.

O exemplo 108, de Huang é especial. Ele mostra que Galves admite que 108 pode ser interpretado e para isto ela procura uma justificativa sintática. Se a estrutura de:

109 - "João disse que Pedro viu E e J",

fôsse:

110 - PRO<sub>i</sub> INFL<sup>j</sup> João<sub>j</sub> disse que Pedro viu E e J<sub>i</sub> J<sub>j</sub>

haveria a violação do Princípio-C. Como explicar a gramaticalidade de 110?

Como o PR é língua de "Tópico", Galves sugere que o sujeito (argumento externo do verbo) é também "tópico".

Se "João" é o sujeito da predicação, fica explicado porque o Princípio-C não bloqueia. Neste caso "João" não está coindexado com o PRO. Ele está no lugar de PR.

Há, entretanto, algumas frases que, se consideradas "boas" (interpretáveis), não se encaixam à estrutura 103. Por exemplo:

111 - E PRO<sub>i</sub> E João disse à Maria<sub>j</sub> que gostaria de ver e<sub>j</sub> I

nos casos onde o SN copreferente é este em possesão de objetos, não é possível propor que seja ocupado o sujeito de que é titular. A análise de que sente nos leis e pensou que é frase "to da predicação".

Não é possível a continuação entre "Marília" e "PRO", pois, há violação do Princípio-*C* (como viu a acção).

agamatical que vez que sua amálie não pode se aplicar a este agamatice, é interessante, instalar no ponto que as frases estruturas.

que queremos, interretando, instalar no ponto que as frases estruturas para dar conta da gramática lida de (com inter-

argumentar, no quanto capitalizar, que não é necessário definir com corografia (por exemplo, III) são gramaticais e outros argumentos, no segundo a da agamatice lida de destas frases.



### Notas do Capítulo 3

- (1) A presença da Concordância (AGR) é um ponto comum entre o espanhol e o PB, mas não é um critério de classificação das línguas.
- (2) Chomsky (86) fala da assimetria sujeito/objeto em inglês (*cf.*, pág. 59).
- (3) A estrutura 74 não foi proposta por Huang. Ela é uma hipótese para fins ilustrativos, embora se acredite que ela esteja bem próxima de ser uma estrutura possível para os dados agramaticais de Huang, como se pretende mostrar.
- (4) Neste contexto, o SN C + I objeto "deveria" ser um pronominal, mas é bloqueado pela regra de Referência Disjunta.
- (5) Huang trata no final, de alguns exemplos com SN C + I objeto na oração encaixada e cujo antecedente é o objeto da oração matriz.  
Ele propõe que trate como estrutura de predicação, segundo a proposta de Chomsky (80).

- (6) Na nota 27 (numeração de Huang), o autor estabelece uma conexão entre os exemplos 77 e 78 (numeração de Huang: 22(b) e 73(b)) dizendo que a assimetria do primeiro leva a assimetria do segundo. Além disso, nesta mesma nota, Huang coloca uma frase, a frase 78 (numeração minha) por sugestão do revisor da revista *Linguistic Inquiry*, que por ser gramatical, pode ser um contra-exemplo aos seus exemplos, em especial, o exemplo 77 (numeração de Huang: 73(b)).
- (7) São vários os exemplos agramaticais em PE, mas gramaticais em PB.
- Por exemplo: 16c, 17b, 18, 19 e outras (numeração de Raposo (86)).

#### 4. UMA OUTRA ANÁLISE

As análises vistas no capítulo 3 colocaram alguns fatos assim como levantaram algumas questões. Neste capítulo faremos algumas propostas em função da discussão em torno destas questões, visando, em última análise, responder a questão central deste trabalho:

Qual o estatuto da categoria vazia objeto do PB e qual a sua relação com o SH-“tópico”?

Vimos, ao longo do terceiro capítulo, as diferenças entre as propostas de Huang, Raposo, Farrell e Galves. O que nos interessa, no momento é reanalisar alguns pontos não resolvidos e extrair, de cada análise, subsídios para uma proposta alternativa.

No terceiro capítulo colocamos e deixamos em aberto a questão teórica da validade de se excluir o contexto das análises sintáticas, uma vez que ele é capaz de causar mudanças nestas análises.

Podemos dizer que a questão da relação sintaxe/discurso é complexa.

O artigo de Huang deixa uma lacuna (ou talvez carregue uma contradição) pelo fato de ele propor um parâmetro para dar conta das línguas orientadas para o discurso, mas não analisar os casos onde o contexto remete efetivamente para o discurso (alem da variável A'-vinculada).

A sua análise em termos de SN e o objeto variável não explica a gramaticalidade dos exemplos com SN-correferente dentro da S.

Como vimos no terceiro capítulo, a relação de dependência referencial define o antecedente da variável. O SN-correferente dentro da S não serve como antecedente e ainda bloqueia a vinculação pelo verdadeiro antecedente.

Para Huang há dois níveis de interpretação: o da sintaxe e o do discurso. Apesar de haver línguas (o próprio chinês) para as quais a correferência em discurso é relevante para a gramaticalidade das sentenças, Huang não se propõe a analisá-las.

Farrell defende o mesmo ponto de Huang. Ele diz que a estrutura sintática não é suficiente para dar conta dos contrastes entre as leituras gramaticais e agramaticais. Ele propõe que se assuma que há uma profunda interação entre a estrutura discursiva e as representações sintáticas (levando em conta a semântica dos verbos).

A proposta de Galves procura alterar esta relação sintaxe/discurso. A autora reconhece o caráter marcante do PB como língua de tópico e propõe uma análise estritamente sintática, buscando a formulação de uma estrutura que corresponda a possibilidade de interpretação em contexto. Para a autora, a inter-

o SN-“tépico” e o pro é mediatizado por um relago de predição antecedente do pro é que este não é único lido”. A relação entre mos assumindo, juntão com a autora, que o SN-“tépico” não é o SN-“tépico”, é a categoria ouzta (pro). Como decorrência, estes nomes mantêm as suas nuances o princípio que legitima o do pro, segundo Glórias (88).

Nomes produzem resolução de problemas de identificação como para Fáreel e Glórias.

#### LIMA, PROSÉDIA ALTERNATIVA

em ban-fórmula”

contexto faz o impossível: transforma uma estrutura mal-formada em pro (e provavelmente em chines), entretanto, parece que o desse litigio, o contexto não é capaz de dizer-lhe bem formada” o que estou demando. Se uma estrutura é mal-formada em um (cf., exemplo 86(a) e nota 7 do trecento capítulo) não contradiz o que ocorre em litigios (cf., exemplo 82(a-b) e em FG

é bem formada ou não”

tritura que subjetiva sentença não é possivel de mudar, ou seja, se o drama teatral é outra hora se agarrado, porque é sensível ao contexto. Não é possível uma mesma sentença ter que gostar tanto de parecer é que a estrutura sintaxe/discursão. O problema pode texto, se tem duas interpretações, há duas estruturas praticado da estrutura não se altera com a interlocuência do con-

só



ção entre o primeiro e o domínio que contém o segundo.

Assumimos, portanto, para a elaboração de nossa proposta, a estrutura de Predicação presente em Galves (88).

Para sermos coerentes com o critério de gramaticalidade que temos adotado, devemos reconsiderar o exemplo 111 (repetido abaixo) como:

112 - \* João disse à Maria<sub>i</sub> que gostaria de ver C e J<sub>i</sub>.

A nossa proposta é que, em um contexto adequado, 112 é gramatical. Por exemplo:

113 - a - João disse a todo mundo que não queria ver a Maria nunca mais,

b - Mas, depois, João disse à Maria<sub>i</sub> que gostaria de ver C e J<sub>i</sub> (hoje mesmo),

As análises de Huang e Farrell justificam a agramaticalidade de 112, em termos da má formação de sua estrutura.

Huang explica que é agramatical porque a variável não é localmente A'-vinculada.

Farrell diz que a cadeia tópica não pode ser encabeçada por um SN C + logoférico J.

Para Galves, a gramaticalidade do exemplo 113 é problemática, porque ele não pode propor que o SN-correferente objeto da matriz ocupe a posição de "tópico", como nos casos em que ele é sujeito, para fugir ao Princípio-C.

Por exemplo:

114 - \* [PROJ<sub>i</sub>] João<sub>j</sub> disse à Maria<sub>j</sub> que gostaria de ver Célio<sub>j</sub>  
 |  
 violação do Princípio-C

Sua análise não se aplica, portanto, ao exemplo 113.

A nossa proposta visa explicar porque 113 é gramatical e também, como é que, fora de contexto, há uma interpretação correferencial que não é possível.

Queremos propor que 113 é gramatical porque sua estrutura é bem formada. O PB admite esta estrutura por ser uma língua orientada para o discurso, como vimos ao longo da análise de Huang.

Esta característica do PB/chinês define uma estrutura onde o SN E o I objeto é interpretado fora da sentença.

Huang capta esta relação e a explicita em termos de uma relação de dependência referencial entre o antecedente/variável.

Constatamos que esta relação é de outra natureza. Queremos propor que o PRO não tem antecedente, porque ele não foi gerado por movimento, e portanto, não está envolvido em uma relação de dependência referencial e sim de correferência.

O Princípio-B de Vinculação diz que o pronome é livre no seu domínio de regência. Podemos admitir então, que a priori, nada na sintaxe o impede de ser correferente com uma posição-A'.

A estrutura de 113 é:



115 - SN[PROJ<sub>i</sub>] S<sub>i</sub>[João] disse à Maria que gostaria de ver E<sub>i</sub>J<sub>i</sub>

A estrutura 115 é semelhante a estrutura 114 de Balmeres. Entretanto, consideramos que em 115 não há violação do Princípio-C.

O Princípio-C só se aplica sobre relações de dependência referencial. Os exemplos gramaticais do PB (uma vez aceitos como gramaticais) confirmam que não há violações sintáticas.

Um outro exemplo de que o Princípio-C não atua é:

116 - S<sub>i</sub>[Maria<sub>i</sub>] [João] disse à Maria<sub>i</sub> que gostaria de ver E<sub>i</sub>J<sub>i</sub>

A frase acima é um argumento a mais a favor da proposta que o pro não tem antecedente (no sentido clássico).

A relação existente só pode ser de correferência.

Resta-nos explicar, porque 117, quando sem contexto, não recebe a interpretação secundária, mostrando uma aparente agramaticalidade.

117 - João disse à Maria<sub>i</sub> que gostaria de ver E proj<sub>i</sub> 3

A razão da aparente agramaticalidade de 117 é uma consequência do que acabamos de propor. Ou seja, o pro é livre, e sua interpretação, uma vez que ele está em posição de objeto, deve ser buscada fora de S. A própria interpretação do objeto nulo impõe que ele vá buscar o SN-correferente fora do domínio (amplo) que ele está. Como 117 não tem um contexto, e portanto, não há a "Maria" do discurso para poder interpretar o pro, este

fica sem interpretação e a frase é agramatical.

Podemos perguntar qual o papel do SN-correferente em 115? Vamos propor que na estrutura gramatical 115, a "Maria" que está no mesmo domínio do pro não, é responsável por sua interpretação, uma vez que o pro busca sua interpretação fora do seu domínio.

Por exemplo:

118 - a - João disse à Maria<sub>j</sub> que não queria ver ela<sub>j</sub> nunca mais.

b - Mac, depois C PRO I<sub>i</sub> João<sub>k</sub> disse a todo mundo<sub>j/a</sub> Pedro<sub>j</sub> que queria ver C pro I<sub>i</sub> hoje mesmo.

O exemplo 118(a+b), mostra que o "pro" não precisa de um SN-correferente dentro do seu domínio para receber a interpretação desejada em discurso. Esta correferência prejudica a interpretação do SN C e I objeto porque, como demonstrou Huang, o "antecedente" deve estar fora de S.

Por outro lado, podemos perguntar se esta correferência é sintaticamente relevante em uma estrutura de predicação, onde (segundo Williams (80)) a coindexação não se dá diretamente com o pro, mas sim com o seu domínio.

Nessa proposta permite explicar as frases apresentadas por Galves (84), onde não há c-comando. Podemos rever os exemplos 63 e 68:

63 - Eles fabricaram comisetas<sub>i</sub> e venderam C e I<sub>i</sub> no Brasil inteiro.  
----- não há c-comando-----

68 - Um cara<sub>i</sub> ia lá, a gente marcava C e I<sub>i</sub>.  
----- não há c-comando-----

A diferença básica entre 63 e 68, acima, e 113-b, abaixo, é que nas primeiras não há c-comando e na segunda há.

O ponto comum é que em todas elas o "antecedente" é argumental.

113 - b - ... João disse à Maria que gostaria de ver C e I<sub>i</sub> hoje mesmo.  
-----c-comando-----

Uma vez que demonstramos (cf., exemplos 113-116) que C e I<sub>i</sub>, no exemplo 113-b, é um PRO, ele não vai ser vinculado pelo elemento "Maria" que o c-comanda. Os exemplos 68 e 113-b reforçam esta ideia: o PRO, não vinculado, é livre para buscar sua referência.

A estrutura básica para 63, 68 e 113-b é:

119 - SH C PRO I<sub>i</sub> S<sub>i</sub> C . . . C e I J J

para o objeto nulo em sua linguagem com as características do PBE e  
acepções que a categoria adzira que temos para o tipo de caracte-

re aplicações

em CAMP vínica lendo o objeto nulo, estes valores necessários para que  
em PBE, onde procedimentos demonstrarão ser possíveis no operador  
operador. Tipos resultados de momento que são representados. Já  
sempre por vários tipos de resultado o nome, onde está o  
ocorre um objeto que não uma estrutura sintática bastante pre-  
por exemplo, em PBE, como alunos pede análise de Rapposo,

tais estruturas.

Se SN é o objeto permanecerá em conta o papel do CAMP nest-  
as relações sintáticas que permitem a reunião de dados

em PBE como uma linguagem orientada para o discussão.  
tos definem uma estrutura que, pelo que constatamos, caracte-  
o SN é o objeto se relaciona com o SN-típico e junt-  
ao SV.

problema do SN é o objeto não se limita as relações intrínsecas  
procedimentos demonstrarão ao longo destas tabelas que o

#### 4.1. CONCLUSÃO

poste que permanecendo no lado da unicidade.

que há comandos podem ser agrupados em torno de um pro-  
Mosselmos, assim, que os casos onde haja consideração,

o pro. A argumentação empírica de Farrell, neste sentido, é bem eficiente. Gregolin (88), em sua dissertação de mestrado, também aponta para o caráter "arbitrário" ou "genérico" do pro.

Em resumo, argumentamos a favor da existência de uma categoria vazia objeto, do tipo determinada.

Propusemos que esta categoria vazia fosse legitimada por uma Relação de Predicação.

Analisamos as propostas que tratavam esta categoria vazia como variável e verificamos que ela é melhor definida como um pro.

Questionemos os critérios de aggramaticalidade das frases com correferência e argumentamos a favor de uma estrutura única que dê conta das interpretações em contexto e da aparente aggramaticalidade quando sem contexto.

### B I B L I O G R A F I A

- CHAFÉ, W. 1975. "Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics and Point of View", in Subject and Topic, ed. por Charles Li. Academic Press.
- CHOMSKY, Noam A. 1965. Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge, Mass., The MIT Press. E Tradução portuguesa: Coimbra, Arménio Amado, 1975 I.
1970. "Remarks on nominalization." In: R. Jacobs & P. Rosenbaum (orgs.) Readings in English Transformational Grammar, Waltham, Mass., Ginn, pp. 184-221.
1973. "Conditions on transformations". In: S. Anderson & P. Kiparsky (orgs.), A Festschrift for Morris Halle, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, pp. 232-36.
1976. "Conditions on rules of grammar." Linguistic Analysis 2(4), pp. 303-351.
1977. "On Wh-movement". In P. Culicover et alii (orgs.), Formal Syntax, Nova Iorque, Academic Press, pp. 71-132.
1981. Lectures on Government and Binding. Dordrecht, Holanda, Foris.
1982. Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding. Cambridge, Mass., The MIT Press.

- CHOMSKY, Noam A. & LASNIK, Howard 1977. "Filters and control", *Linguistic Inquiry* 8(3), pp. 425-504.
- DUARTE, M. E. L. 1984. Variação e Sintaxe Clítico-Acuasativa. Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- GALVES, Charlotte. 1984. "Pronomes e Categorias Vazias em Português do Brasil", *Cadernos de Estudos Linguísticos*, vol. 7: 107-136.
- 1987. "Objet Nul et Prédication en Portugais du Brésil". Comunicação apresentada no 7º Colóquio Internacional de Lingüística de Paris VIII, mimeo.
- 1988. "Objeto Nulo e Predicação: elementos para uma Caracterização da Sintaxe do Português Brasileiro". Delta, vol. 4,2.
- HUANG, C. T. J. 1984. "On the Distribution and Reference of Empty Pronouns", *Linguistic Inquiry*, 15, 4.
- MILNER, J. C. 1985. "Réflexions sur le Concept de Catégorie Vide".
- MOREIRA da SILVA, Samuel. 1983. Etudes sur la symétrie et l'asymétrie sujet/objet dans le portugais du Brésil. Tese de doutorado, inédita, Paris, Université de Paris VIII.
- NASCIMENTO, Milton do. 1984. Sur la Postposition du Sujet dans le Portugais du Brésil. Tese de doutorado, inédita, Université de Paris VIII.
- PONTES, E. 1984. Sobre o conceito de Sujeito.
- 1987. O Tópico no Português do Brasil.

- RADFORD, Andrew. 1981. Transformational Syntax. Cambridge, Cambridge University Press.
- RAPOSO, E. 1986. "On the null object in European Portuguese" in Studies in Romance Linguistics, Jaeggli, O. and C. Silva - Corvalán (eds.), Foris, Dordrecht.
- ROUVERET, Alain. 1987. La Nouvelle Syntaxe. Le Seuil, Paris.
- RIZZI, L. 1986. "Null objects in Italian and the theory of Pro". Linguistic Inquiry, 17, 3.
- SPEAS, M. e N. FUKUI. 1986. "Specifiers and Projections". MIT Working Papers, 6.
- Van RIEMSDIJK, Henk & WILLIAMS, Edwin. Introduction to the Theory of Grammar. Cambridge, Mass., The MIT Press.
- WHEELER, D. 1981. "Object Deletion in Portuguese". Mimeo.
1983. "Sintagmas Preposicionais vazios em português." Comunicação no Seminário do GEL, Piracicaba, Brasil.